

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THABITA FONSECA ABRAHIM

VI CÚPULA DOS BRICS:
A CONSTRUÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E DO
ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS

Porto Alegre

2014

THABITA FONSECA ABRAHIM

**VI CÚPULA DOS BRICS:
A CONSTRUÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E DO
ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

Porto Alegre

2014

THABITA FONSECA ABRAHIM

VI CÚPULA DOS BRICS:

**A CONSTRUÇÃO DO NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E DO
ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2014

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini- orientador

UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan

UFRGS

אֲדֹנָי

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Paulo Visentini, pelo brilhantismo, acessibilidade e paciência, sem os quais este trabalho não teria se concretizado;

Ao curso de Relações Internacionais da UFRGS, por me ensinar não um complexo sistema de Estados, mas como compreender a assustadora e fascinante realidade que construímos;

Às minhas irmãs, sua beleza se transforma (ileiaiê), Luisa, Júlia e Isabela;

À Cleci Peruffo Colla, araucária, apoio e amor incondicional;

Ao José Mansur Abraham, estrela;

Ao Charles Kiefer, mestre;

Ao tempo,

Água;

Ao mundo,

Pomar.

RESUMO

O início do século XXI é marcado por duas grandes crises econômicas: a crise do *subprime* e a crise do euro. A combinação destas crises com a alta no preço das commodities e a consolidação do crescimento chinês gera um momento inédito na economia global, transferindo poder geoeconômico das potências tradicionais para as potências emergentes, que por um período crítico da economia internacional passam a ser motoras do crescimento mundial. Este acréscimo de poder geoeconômico, entretanto, não é acompanhado por um poder geopolítico.

Num contexto em que todas as economias do mundo são interligadas pelos efeitos da globalização, há uma demanda por maior democracia nos fóruns financeiros internacionais. Sem respostas a estas demandas devido à resistência das potências tradicionais em cederem espaço nas instâncias de governança global, cinco importantes economias emergentes e em desenvolvimento, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), dão importantes passos políticos com implicações complexas na ordem internacional, visto por alguns analistas como os primeiros sinais de multipolaridade.

A VI Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza este ano, materializa estas demandas através da criação de dois novos mecanismos financeiros internacionais: o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Acordo Contingente de Reservas (CRA), que também marcam a institucionalização do grupo.

Palavras-chave: Desenvolvimento – BRICS – multipolaridade – governança global – Declaração de Fortaleza – Novo Banco de Desenvolvimento – Arranjo Contingente de Reservas – FMI – Banco Mundial

ABSTRACT

The beginning of the XXI century is marked by two major economic crises: the subprime and the euro crisis. Combined with high commodity prices and the Chinese growth, generates an unprecedented time in the global economy: there is a geo-economic power transfer of traditional to emerging powers, which, in a critical period of world economy, become motor of international growth. This geo-economic power, however, is not accompanied by a geopolitical empowerment.

In a context where all the world's economies are interconnected by the effects of globalization, there is a demand of greater democracy in international financial forums. Without answers to these demands due to the resistance of the traditional powers in cede space in global governance instances, five major emerging and developing economies, Brasil, Russia, India, China and South Africa, (BRICS) make an important political step that has complex implications for the international order, and for some analysts as the firsts signs of multipolarity.

The VI BRICS Summit, held in Fortaleza this year materializes this demands and also marks the institutionalization of BRICS with the creation of two new international financial mechanisms: the New Development Bank and Contingent Reserve Arrangement.

Key Words: Development - BRICS - multipolarity - global governance –Fortaleza Declaration - New Development Bank - Contingent Reserve Arrangement - IMF - World Bank

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIRC – Capacidade Africana de Resposta Imediata a Crises

AGNU – Assembléia Geral das Nações Unidas

ANDB – Acordo no Novo Banco de Desenvolvimento

BENELUX – Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo

BIMSTEC – Cooperação Econômica entre Bangladesh, Índia, Myanmar, Sri Lanka e Tailândia

BM – Banco Mundial

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e, pós-2011, África do Sul

BTTC – Conselho de Think Tanks dos BRICS

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CELAC – Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe

CES – Comunidade Econômica Eurasiana

CNUDS ou RIO+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

COSIPLAN – Conselho de Planejamento e Infraestrutura da UNASUL

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRA – Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

FLAR – Fundo Latino Americano de Reservas

FMI – Fundo Monetário Internacional

G20 – Grupo das 20 maiores economias do mundo

G8 – Grupo das oito maiores economias do mundo

IBAS – Coalizão Índia, Brasil e África do Sul

IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

MINUSCA – Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na RCA

MINUSMA – Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali

MONUSCO – Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NDB – Novo Banco de Desenvolvimento

MC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

RCA – República Centro-Africana

SAARC – Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SDR – Direitos Especiais de Saque

TECRA – Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas

UA – União Africana

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

UNCITRAL – Comissão das Nações Unidas sobre Direito do Comércio Internacional , sigla em inglês (*Arbitration Rules of the United Nations Commission on International Trade Law*)

UNSC – Conselho de Segurança das Nações Unidas, sigla em inglês (*UN Security Council*)

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

Introdução	11
2. Surgimento Especulativo: incongruência das transformações econômicas com o cenário geopolítico	13
2.1. Inserção da África do Sul: A Cúpula de Sanya	19
2.2.. Entornos Regionais e suas Implicações	22
2.2.1. Brasil	23
2.2.2. Rússia	25
2.2.3. Índia.....	27
2.2.4. China	31
3. Segundo Ciclo de Cúpulas: Declaração de Fortaleza	32
3.1. A Declaração de Fortaleza	32
3.2. Antecedentes do CRA e do NDB no âmbito das cúpulas dos BRICS.....	49
3.2.1. Acordo para o Estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento	58
3.2.3. Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS (CRA)	63
3.3. Reflexão sobre as Novas Instituições Financeiras: Declaração de Multilateralidade?.....	67
Considerações Finais	75
Bibliografia	78

Introdução

O estudo dos BRICS compreende três momentos distintos. Em primeiro lugar, há o reconhecimento inicial de sua importância coletiva; em seguida, há um período marcado pelo amadurecimento político do diálogo e no terceiro celebram-se os primeiros passos institucionais do grupo.

Durante a primeira fase, o acrônimo do agrupamento é forjado a partir de uma sigla de especulação econômico-financeira BRIC. Esta sigla consolida-se a partir do sucesso econômico dos quatro países, relacionado à alta no preço das commodities e ao crescimento chinês, que impulsiona a economia dos demais.

As primeiras articulações políticas estão diretamente vinculadas ao cenário de instabilidade econômica que se inicia em 2006, conhecido como a crise financeira *subprime*, e que em 2008 se concretiza como crise econômica internacional. Concomitante ao sucesso econômico dos países dos BRIC e a falta de correspondência política nos fóruns financeiros internacionais à sua relevância econômica, entre 2006 e 2010¹ identifica-se a primeira fase do fórum de diálogo, construída a partir do diálogo diplomático e do reconhecimento mútuo da sua importância internacional e coletiva.

A segunda fase inicia-se a partir de 2011, quando o amadurecimento político do diálogo os afasta dos propulsores especulativos iniciais e a África do Sul, destoando das características geográficas e econômico-financeiras dos demais, é incorporada ao fórum, que ganha consistência e complexidade ao tornar-se globalmente representativo das diferentes realidades regionais emergentes do sistema internacional. O BRIC tornado BRICS é o primeiro passo de independência política, ainda que a adesão da África do Sul, para alguns analistas, acentue as diferenças entre o “bloco”². O crescente fortalecimento da coesão dos BRICS é observado através da evolução das coordenações

¹ As articulações informais começam em 2006, à margem da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas, como veremos adiante, e as reuniões formais entre os Ministros das Relações Exteriores só se iniciarão em 2008 e entre os líderes de Estado e/ou Governo em 2009. Entretanto, para fins deste trabalho, considerou-se ampliar a divisão a partir de 2006, ano em que também se inicia a crise do *subprime* nos Estados Unidos, ainda que neste momento esta não tenha ganhado o contorno de crise financeira generalizada (2007) nem de crise econômica internacional, afetando diversos setores da economia mundial (2008).

² Apesar dos BRICS se referirem sobre a cooperação mútua como “intra-bloco” em suas declarações, Visentini (2014) ressalva que considerá-los como bloco econômico é incorrer no erro analítico de caracterizá-los como algo que eles nunca se propuseram a ser.

políticas em instâncias internacionais e ampliação dos Grupos de Trabalho, reuniões de ministros refletindo a ampliação das áreas de diálogo e cooperação entre os países, a instituição do Conselho de Think Tanks (2010) e a primeira elaboração do *BRICS report* (2014). Ainda que a principal demanda observada seja em torno da reforma das quotas de votos e participações acionárias das instituições do Bretton Woods, inclusive com as primeiras propostas de análise e criação de mecanismos complementares e alternativos, observa-se o interesse crescente dos países em “se conhecerem melhor”³.

A terceira fase inicia-se em 2014 com o encerramento do primeiro ciclo de cúpulas. A VI Cúpula, que inaugura o segundo ciclo de cúpulas, é marcada também pela institucionalização do grupo a partir do anúncio da criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas.

A primeira parte deste trabalho tem como objetivo introduzir o estudo dos BRICS para que melhor possamos compreender sua trajetória. Contempla-se neste capítulo os pontos que analisam o surgimento especulativo, as diferentes interpretações e perspectivas iniciais da coalizão, a adesão da África do Sul e seus significados e análises do entorno regional dos integrantes, para que melhor possamos compreender o complexo, e por vezes contraditório, contexto em que os BRICS articulam suas políticas.

A segunda parte deste trabalho analisa especificamente a VI Cúpula dos BRICS por seus resultados e antecedentes, procurando ampliar as interpretações sobre os significados decorrentes dos mecanismos inaugurados.

³ Nas palavras do embaixador José Garcia Lima.

2. Surgimento Especulativo: incongruência das transformações econômicas com o cenário geopolítico

As concertações político-econômicas dos BRICS, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul nada tem de comum. Ao invés de surgir de uma vontade diplomática voluntária dos países-membros, as cúpulas de diálogo foram precedidas por impulsos externos. BRIC, originalmente, é um acrônimo⁴ cunhado por Jim O’Neill que, ao final de 2001, publicou um estudo do Goldman Sachs constatando que Brasil, China, Índia e Rússia poderiam estar entre as economias mais importantes do planeta até 2050, baseando-se em itens de análise basicamente geoeconômicos, como ritmo de crescimento econômico e o tamanho da população de cada país. A partir dessa afirmação, o estudo constatava a necessidade de mudança nos fóruns políticos multilaterais para incorporar os representantes dos BRIC:

“De acordo com estas perspectivas, fóruns de formulação de políticas mundiais devem ser re-organizados, em particular o G7, ajustando-se para incorporar representantes do BRIC. Ao longo dos próximos 10 anos, o peso dos BRICs e especialmente a China no PIB mundial vai crescer, levantando questões importantes sobre o impacto econômico global de política fiscal e monetária nos BRICs. Tendo em vista a continuidade de crescimento relativo esperado dos BRICs, deve-se tomar a oportunidade para incorporar a China, provavelmente Brasil e Rússia e possivelmente a Índia, expandindo o organismo de coordenação da política econômica global para 8 ou 9. Há tempo para o mundo construir uma melhor economia global e para isso a representação nas reuniões globais de política econômica deve ser alterada significativamente.”⁵ (O’NEILL, 2001)

⁴ Criar acrônimos tornou-se uma prática comum no mercado financeiro a fim de melhor orientar seus investidores. Apesar desta origem criou-se forte ceticismo à consistência política dos BRICS e até hoje, quando resultados tangíveis foram alcançados, é importante notar que sem vontade política para tornar um organismo político-diplomático, o agrupamento teria status igual a outras tantas siglas forjadas pelos analistas financeiros. Menciona-se os acrônimos N-11 (Next Eleven), também cunhado pela Goldman Sachs (incluindo Indonésia, Bangladesh, Egito, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã); CIVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul), concebido pelo HSBC; e VISTA (Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina), criado por instituições japonesas. (REIS, 2012)

⁵ Tradução livre da autora do *report* econômico *Building Better Global Economic Brics*.

Apenas dois anos depois, um novo estudo afirmaria que em 40 anos o conjunto das quatro economias poderia superar a economia do G7⁶. Desde então, a evolução dos acontecimentos parece confirmar, senão superar, as previsões de 2001.

O relatório apontou que estes países estavam entre os maiores estados em desenvolvimento, afirmando que no longo prazo os BRICs estariam entre as maiores economias do mundo, o que produziria uma modificação profunda no panorama geopolítico internacional. Dois anos mais tarde o Goldman Sachs publicou outro relatório, denominado *Dreaming with Brics: The Path to 2050*, no qual aprofundou a análise da economia dos BRICs, fazendo projeções até 2050.

Segundo o documento, os países do BRICs destacavam-se por suas dimensões territoriais e pelo tamanho de suas populações, bem como por suas médias históricas de crescimento, que lhes garantiam um potencial de avanço econômico sustentável em longo prazo. Neste novo estudo foi comparada a relação entre o crescimento do PIB projetado para os países do então G6 – Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália – levando a instituição a concluir que o ultrapassariam em duas ou três décadas. Goldman Sachs afirmou, na ocasião, que Brasil, Rússia, Índia e China se tornariam responsáveis pela transformação da economia mundial, com impactos profundos e abrangentes, uma vez que estes países viriam a ter um papel central no desenvolvimento econômico global. (DOMINIC & PUROSHOTHAMAN, 2003)

Para o Brasil, o conceito BRICs surge como propaganda gratuita, ajudando a promover a imagem internacional do país. A sigla revela semelhanças entre países obviamente muito diversos, situados em continentes diferentes e que mantinham, entre eles, relações extremamente variadas. (FONSECA, 2012)

Para Celso Amorim (2010), do ponto de vista do surgimento do BRICs, o fundamental é que ele não partiu de uma iniciativa diplomática e sua consolidação se deu em função de que o desempenho econômico de seus países superou as projeções

⁶ Grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo (Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido), o G7 passou a ser G8 desde com a admissão da Rússia em 2006. Recentemente volta a ter apenas sete integrantes, com a exclusão da Rússia como parte dos embargos feitos para punir o país em decorrência da crise da Criméia.

iniciais feitas pela Goldman Sachs, conferindo maior credibilidade à tese de O'Neill. Estes estudos ainda permitiram ao BRICs receber maior atenção da imprensa e do mundo acadêmico, se propagando nos meios governamentais, entre os formadores de políticas, atraindo atenção dos quatro países da sigla. A partir daí foi necessário apenas um pequeno passo para que Brasil, Rússia, Índia e China procurassem se reunir e melhor explorar o que terceiros reconheciam como um conjunto. (AMORIM, 2010)

Reis (2012) avalia que apesar dos países não terem tomado a iniciativa de organizar uma cúpula multilateral, a estratégia e a avaliação do cenário em que os BRICs surgem como protagonistas existia já na década de 1990, “quando o mundo estava mudando e não se sabia com clareza em que direção”. Reflexões sobre a nova configuração da ordem internacional resultaram no traçado de cenários de futuras parcerias com países que, assim como o Brasil, eram detentores de vastos territórios, grandes populações, ricos em recursos naturais, e detinham certo grau de desenvolvimento científico-tecnológico. O resultado desses estudos seriam parcerias bilaterais com Rússia, China, Índia – e também África do Sul – figurando entre as mais importantes parcerias estratégicas do Brasil. A primeira parceria estratégica a ser estabelecida pelo Brasil foi a China, em 1993, refletindo a perspectiva de longo prazo do relacionamento bilateral e o elevado grau de complementaridade que identificado na Subsecretaria de Planejamento Político e Econômico do Itamaraty. (REIS, 2012)

Como casa bancária, o foco da reflexão da Goldman e Sachs era o interesse de seus clientes, usando o acrônimo como uma solução rápida e eficaz para lembrar onde estariam as boas oportunidades no médio e longo prazo. Fonseca (2012) sustenta que mesmo sem a sigla, os países ainda assim chamariam a atenção dos analistas econômicos e da mídia:

“São importantes, cada um, por motivos próprios, econômicos, políticos ou estratégicos. Para citar pouquíssimos exemplos: a China é hoje um dos motores da economia internacional; a Rússia tem peso próprio em matéria de segurança, dada a dimensão de seu arsenal nuclear e relevância no mercado de energia; a Índia vale pelo peso demográfico e pela influência regional, além de ser a maior democracia “real” do mundo; a África do Sul é ator estratégico em uma área crescentemente importante como produtora de commodities; e o Brasil é ator fundamental em negociações sobre desenvolvimento sustentável ou comércio.” (FONSECA, 2012)

Diversos estudos da década de 1990 os figuraram como objetos de análise, como *Around the Cragged Hill*, de George Kennan (1994), em que o autor cunha a expressão “monster countries” para descrever EUA, China, Rússia, Brasil e Índia; o economista Roberto Macedo propôs a expressão “países baleia”, recuperada e difundida no artigo *Two Whales in the Global Ocean* de Ignacy Sachs (1997), se referindo à Índia, Rússia e China. (REIS, 2012)

Apesar do notável peso destes países, seria difícil conceber, na década de 1990, a formação de um agrupamento como os BRICS de hoje, não apenas porque cada país enfrentava dificuldades internas, de ordem política ou econômica, mas também porque o G7 representava, então, o núcleo duro do poder econômico. (REIS, 2012)

O BRIC, portanto, começa sua existência como um mecanismo. Sua crescente consolidação se dá pelos encontros das autoridades dos quatro países às margens da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas, AGNU, (AMORIM, 2010), impulsionada pelo contexto de multipolarização e heterogeneidade político-econômica que se desenrola a partir da crise financeira global, que teve seu começo em agosto de 2007, alterando substancialmente o processo dinâmico da economia internacional (ARESTIS et.al., 2012).

Coordenado pelos russos em 2006, os primeiros diálogos se iniciam com um almoço de trabalho. No ano seguinte, o Brasil assumiu a organização do almoço, ocasião em que foi constatada que o interesse em aprofundar o diálogo merecia a organização de uma reunião específica de chanceleres dos BRIC. (REIS, 2012)

No ano seguinte, realiza-se a primeira reunião de chanceleres em Ecatimburgo, em maio de 2008, marcando o momento em que os BRIC deixaram de ser apenas uma sigla que fazia referência a quatro países ascendentes na ordem econômica internacional para se tornarem uma entidade político-diplomática: (REIS,2012)

“É importante registrar que o nascimento dessa entidade não se dá por recomendação de Ministros das Finanças, mas a partir da iniciativa de dois experientes e brilhantes diplomatas, especialistas em relações internacionais: o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim²⁰, e o Chanceler da Rússia, Embaixador Sergey Lavrov” (REIS, 2012)

Em junho de 2009, também em Ecaterimburgo, será celebrada a I Cúpula dos BRIC, reunindo seus líderes de Estado e/ou Governo. O assunto central do “Comunicado Conjunto dos Líderes”, resultado desta reunião, foi o momento de crise financeira global e a moeda de referência utilizada para o intercâmbio do comércio internacional. (AMORIM, 2010)

O que aproxima estes países tão heterogêneos além de suas características geográficas e seus amplos mercados de investimento? Para Fonseca (2012), a resposta reside nas oportunidades de exercício de poder:

“A década de 1990 começa com a expectativa de que, findo o conflito ideológico, a globalização distribuiria universalmente frutos positivos e a ordem internacional passaria gradualmente a ser regida pelos princípios multilaterais, definidos pela carta da Organização das Nações Unidas (ONU). O poder cederia lugar às soluções multilaterais. Uma nova legitimidade, desenhada pelas conferências globais (de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, direitos das mulheres, assentamentos urbanos) substituiria a legitimidade seletiva e precária das ideologias rivais.” (FONSECA, 2012)

Há um contraste entre as expectativas quase caricaturais do fim da Guerra Fria quando comparadas com a realidade quase do início do século XXI, marcado por crises financeiras e tragédias humanitárias. Entretanto, apesar do ideal frustrado de um mundo multipolar, verifica-se que, em contrapartida, também não se realiza uma ordem unilateral liderada pelos Estados Unidos. (FONSECA, 2012)

O contexto que permite a relevância dos BRIC no cenário internacional é a crise de 2008, em que sua capacidade de gerenciamento da economia internacional é destacada, como resultado das suas reservas internacionais e a capacidade de suprir as demandas necessárias para a recuperação econômica. Ainda mais, a crise abre uma janela de oportunidades para a inclusão da discussão em relação às reformas da arquitetura financeira internacional, de agenda menos liberal, e mais concatenada com medidas heterodoxas comumente adotadas por economias emergentes e em desenvolvimento. (ALVES, 2011)

É, portanto, no processo da crise internacional que se abateu no mundo a partir do *subprime* em 2008, a valorização do preço das *commodities*, impulsionada pelo

crescimento chinês, que os quatro países consolidam-se no cenário internacional. Pelas suas características econômicas, são menos afetados pela crise, tornando-se motores do crescimento mundial. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Isso pode ser observado pela média de crescimento entre 2008 e 2010. Segundo dados do FMI, os países desenvolvidos tiveram crescimento de apenas 0,1%, enquanto que o crescimento médio no período foi 5,5% em média para os do BRIC⁷:

“Dessa forma, enquanto os países desenvolvidos vêm sofrendo sucessivas crises – problema da dívida pública nos Estados Unidos, crise na Zona do Euro etc. –, os países emergentes, com destaque para os países do BRIC, passam a ser percebidos cada vez mais como os novos dinamos da economia mundial.”
(ROBEIRO & MORAES, 2012)

O sucesso econômico dos BRIC contrapõe-se com a pouca representatividade nas instituições financeiras de governança global. Até 2007 o Brasil tinha apenas 1,3% da quota de votos do FMI, ficando na 18ª posição, a despeito de neste ano ser a --- economia mundial. No artigo *Reality check at the IMF*, de 2006, a Economist chega a argumentar que é absurdo que Brasil, China e Índia tenham 20% menos poder de voto no fundo que Holanda, Bélgica e Itália, embora as economias emergentes, à época, fossem quatro vezes o tamanho das européias citadas, uma vez ajustadas a diferenças monetárias (REIS, 2012)

Em abril de 2010 foi celebrada a II Cúpula dos BRIC, em Brasília, discutindo-se em torno de temas como a recuperação da economia mundial, a cooperação econômica, maior participação do grupo nas decisões globais e reforma das estruturas vigentes, seguindo-se na pauta assuntos como a reforma do FMI e do Banco Mundial, a redistribuição dos direitos de voto destas instituições e a proposta de uma moeda de reserva alternativa ao dólar. Destaque foi a assinatura de um memorando de cooperação entre os bancos de desenvolvimento Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), do Brasil; Bank for Development and Foreign Economic Affairs (Vnesheconombank), da Rússia; China Development Bank (CDB), da China; e o India Eximbank, Índia. (VISENTINI, 2013)

⁷ Média dos países em desenvolvimento: 5,4%

Apenas em 2011, com a admissão da África do Sul como membro integral, o grupo passou a chamar-se BRICS.

A despeito de suas credenciais⁸ e de sua crescente participação econômica no cenário internacional, Brasil, Índia, China e África do Sul até recentemente não eram nem mesmo chamados a participar do G7, até então principal fórum econômico mundial:

“Quando essa realidade tornava-se tão constrangedora quanto insustentável, esses Estados, juntamente com o México passaram a ser convidados a ‘tomar o café’⁹ após o banquete do G8¹⁰ no chamado processo de *outreach* G8+5, iniciado em Gleneagles (Escócia), durante a presidência britânica do G8 (2005). Talvez para não configurar uma incorporação desses cinco países ao G8, outros parceiros eram circunstancialmente convidados para as reuniões de Cúpula, conforme o interesse do país anfitrião. Por exemplo, a Coreia do Sul esteve em Hokkaido (Japão, 2008); e o Egito, em L’Aquila (Itália, 2009)”. (REIS, 2012)

2.1. Inserção da África do Sul: A Cúpula de Sanya

Em abril de 2011, por ocasião da III Cúpula dos BRICS, a África do Sul ingressou formalmente como membro permanente do grupo. As dimensões econômicas,

⁸ Reis (2012) escreve que Atualmente, os países dos BRICS representam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial (25% do PIB per capita), 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008. Ademais, de acordo com a previsão divulgada pelo FMI em 24 de janeiro de 2012, os países do grupo contribuirão com 56% do crescimento do PIB mundial em 2012. Sobressaem, ainda, diversas outras características dos membros do agrupamento. Brasil, Rússia, Índia e China são os únicos países – além dos EUA – que possuem ao mesmo tempo (a) área territorial acima de dois milhões de quilômetros quadrados, (b) população acima de 100 milhões de pessoas e (c) PIB nominal acima de US\$ 1 trilhão. A título de comparação, Austrália e Canadá compartilham área territorial extensa e grande PIB, mas possuem população menor que 100 milhões de habitantes. Japão e México, por sua vez, possuem PIB acima de US\$ 1 trilhão e mais de 100 milhões de habitantes, mas contam com territórios menores que dois milhões de quilômetros quadrados

⁹ Reis explica que “tomar o café” significava ser informado das decisões adotadas – os cinco países do *outreach* não participavam do debate sobre os rumos da economia mundial. Isso traduzia a percepção do G8 de que países como Itália e Canadá tinham papel mais importante nas decisões sobre a economia global do que China, Brasil e Índia. Reis lembra que ao comentar a Cúpula de L’Aquila, Bertrand Badie observa que sua geometria configurou-se de modo a projetar a imagem do G8 como centro de poder mundial: o G8 se reuniu sozinho e apenas depois de reuniu com o G5.

¹⁰ Em 2008, G7+Rússia

territoriais e populacionais são inferiores às dos demais BRICS, apresentando também indicadores inferiores aos de outros candidatos ao ingresso do grupo, como México, Indonésia e Turquia. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Apesar da dificuldade inicial em se compreender a adesão da África do Sul se considerados aspectos como indicadores geoeconômicos e até mesmo de relevância política internacional, a escolha do país para participar dos BRICS é explicada (i) pelas possibilidades de ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos dos outros integrantes com o continente africano, expansão da cooperação nas áreas energética e financeira; e (ii) pelo componente simbólico, qualificando os integrantes como representantes de uma nova ordem internacional. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

A África do Sul, este caso, é representante de todo o continente africano, somando-se a representantes da América Latina ao componente euro-asiático e ao sul e leste da Ásia. (RIBEIRO & MORAES, 2012) A partir desta complexidade, os BRICS passam a abrigar duas organizações de extrema importância: a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). (VISENTINI, 2013)

Além dos fatores materiais, a presença de um país africano no BRICS foi considerada apropriada a medida em que se busca maior legitimidade perante a comunidade internacional, em um cenário em que as ações unilaterais passam a ser cada vez menos toleradas e na qual o mundo caminha cada vez mais para uma estrutura policêntrica, cabendo, assim, como uma luva o ingresso de um representante de um continente dominado pela pobreza e pelas baixas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Na perspectiva brasileira, a adesão do país fortalece o grupo porque o Brasil era considerado por críticos como alheio aos demais pela geografia e pela história – seria “ocidental”. Além de estabelecer ligação entre os oceanos Atlântico Sul e Índico, abarca, como questão central, duas realidades mais robustas do mecanismo de cooperação eurasiático, OCX e a cooperação Sul-Sul representada pelos Ibas, conferindo aos BRICS racionalidade global. (VISENTINI, 2013)

Sendo metade da população brasileira composta por afrodescendentes e a partir da perspectiva de que Brasil e África são ligados por uma história comum, ter a África

do Sul como parceira fortalece o discurso brasileiro de que a África é essencial em sua política externa. Este discurso tem duas faces: uma voltada para fora, em que se procura a desconcentração de poder no mundo, tendo em vista a maior representatividade geográfica alcançada pelos BRICS; outra voltada para dentro, pela qual o governo brasileiro atende um compromisso com o movimento negro fortalecendo as relações Brasil-África. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

O interesse russo pela adesão da africana é menos claro, embora avalie-se que siga na mesma linha de busca por legitimidade tanto de suas reivindicações na ordem internacional quanto de uma maior presença no continente africano. Em comparação com os outros países, a Rússia é o país que confere menos importância à África em sua política externa, apesar das recentes tendências de reversão a esta perspectiva com a concretização de relações comerciais bilaterais, como a exploração de jazida de carvão no Níger, a assinatura de um contrato para a construção de um satélite e de um sistema de comunicações angolano; a assinatura do contrato entre as empresas Gazprom e Nigerian National Petroleum Corporation para a construção de um gasoduto para a Nigéria e a possibilidade de venda de equipamentos militares para países africanos. Em alguns casos, a presença da Rússia na África é vista negativamente, como no caso da produção de bauxita na Guiné pela empresa Rusal. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Em relação à Índia, o ingresso da África do Sul possui um caráter ambíguo. Se por um lado, como nos demais casos, fortalece as reivindicações indianas por reformas em instituições multilaterais e neutraliza as críticas em relação à expansão indiana na África; por outro a possibilidade de que se acentue o alinhamento sul-africano com a China é vista contrária aos interesses indianos, que consideram particularmente os países do Oceano Índico como sua esfera de influência. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Os interesses da China na África são relacionados à sua crescente necessidade de garantir suprimentos estáveis de matérias-primas, necessidades estas que requerem cautela de sua política externa, haja vista as críticas em relação à presença chinesa crescente no continente. A presença da África do Sul nos BRICS reforça, portanto, o caráter horizontal das relações entre os dois países, amparado sobre a política de não interferência. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

A fim de defender sua presença no continente, a China desenvolveu retórica de criticar a presença das antigas potências coloniais européias, afirmando que os países

africanos não são mais colônias, sendo senhores de seu próprio destino. Ademais, a presença chinesa na África é vista como positiva pelos países africanos e defendida pelos seus líderes. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

O aspecto singular da entrada da África do Sul como porta de entrada para o continente africano é compreendido pela consideração de que o país é potência econômica¹¹ e política em relação ao restante do continente, possuindo uma economia moderna se comparado aos demais – possuindo estrutura diversificada da produção interna, participação relevante em setores industriais e financeiros e participação de suas empresas multinacionais entre as maiores do mundo em desenvolvimento. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Mais importante que a força do comércio interregional forte, entre outras características econômicas, a África do Sul conta com a legitimidade política fruto de sua transição pacífica do *apartheid* para a democracia e a liderança do país no NEPAD. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

A Cúpula de Sanya, celebrada na China em 2011, é marcada não só pela presença da África do Sul, mas pela maior organização do diálogo, que amplia seu escopo de atuação e demonstra tanto em sua Declaração como em seu Plano de Ação um amadurecimento notável em relação às primeiras cúpulas de diálogo. Alguns pontos específicos de demanda destas cúpulas serão analisado adiante, no ponto 3.1.

2.2.. Entornos Regionais e suas Implicações

Utilizando como base o autor Francis Kornegay Jr. (2013), este subcapítulo pretende pincelar no cenário interno bem como as dinâmicas regional que cerca cada um dos integrantes dos BRICS a fim de que seja introduzida a dimensão de complexidade do diálogo.

¹¹ O PIB sul-africano representa 23% do PIB da África, 48% do PIB da África Subsaariana e 60% do PIB da SADC. (RIBEIRO & MORAES, 2012)

Os aspectos regionais, embora fartos e contraditórios não são o ponto central deste trabalho, optando-se assim por manter a visão de Kornegay (2013) predominante às demais análises possíveis do entorno regional e dos aspectos internos de cada um dos países dos BRICS a fim de simplificar e abreviar as observações.

Não analisaremos o entorno africano para evitar redundância com o capítulo acima.

2.2.1. Brasil

Apesar da desaceleração da economia brasileira, houve muitos ganhos na aproximação do abismo socioeconômico. O foco da estratégia brasileira está contida no âmbito do desenvolvimento do "sul global", em parceria com a África, em particular. A lusófona *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) dá o ponto de partida geocultural, significando a retomada da identidade cultural e formação étnica do Brasil. (KORNEGAY, 2013)

Para Kornegay (2013), a sociedade brasileira permanece desigual especialmente relacionada com as questões raciais, identificada como um dos maiores desafios para a integração nacional do país, enraizada a partir da formação tanto de suas estruturas de poder quanto sociais, ambas baseadas na escravidão. Em termos de identidade nacional, isso levou à primazia da Europa à África – e também do europeu em detrimento do indígena na formação da sociedade de classes e da formação da identidade nacional. (KORNEGAY, 2013)

Estas iniciativas se confrontam com um legado de "embranquecimento" populacional pós-escravidão entre o fim do século 19 e começo do século 20. Sucessivos governos incentivaram a imigração europeia massiva (1880 - 1930) a fim de diluir as demografias negras, mestiças e mulatas em um mítico paraíso racial eurocêntrico. A mobilidade socioeconômica "branquearia" o negro conforme ele avança na escala socioeconômica e cultural. (KORNEGAY, 2013)

A consequência econômica direta desse fortalecimento da integração social recebe maior importância estratégica à medida em que dá ênfase à integração do

mercado interno. Essa dimensão - da ferramenta de inclusão social pelo consumo que consequentemente aquece o mercado interno – e permitiu ao Brasil resistir os choques da crise econômica global enquanto servia como palco de cena para a integração com o MERCOSUL. Investimentos em desenvolvimento da infraestrutura e o impulsionamento do poder de compra de uma classe média em expansão sustentam o processo de expansão do mercado interno que avança, principalmente, em direção à integração nacional. (KORNEGAY, 2013)

Nesta linha, a integração nacional permite que o Brasil fortaleça as ligações regionais a fim de promover uma economia integrada na América Latina navegando dinâmica interrregional do cone-sul. (KORNEGAY, 2013)

Estender o alcance do MERCOSUL até a agenda dos Andes Bolivarianos é uma parte desse processo, que também inclui a aspiração de lançar um Banco do Sul ao lado do hegemônico BNDES. Juntos, esses desenvolvimentos alimentam a direção do novo continentalismo da UNASUL (UNASUR, em espanhol) e do Conselho de Defesa Sul-Americano. (KORNEGAY, 2013)

A UNASUL, por sua vez, alimenta a mais expansiva CELAC, que inclui Cuba mas exclui os Estados Unidos, como um indicativo do isolamento hemisférico de Washington imposto por uma minoria de congressistas norte-americanos anti-Castro. (KORNEGAY, 2013)

Analistas brasileiros, entretanto, mostram sinais de ceticismo em relação à área externa ao país, especialmente relacionado com a extensão – ou falta – de conectividade da integração regional e o regionalismo relacionado ao Mercosul. A observada ênfase de Brasília na diplomacia dos poderes emergentes focada nos BRICS também é questionável (KORNEGAY, 2013), entretanto poderemos analisar adiante que, pelo menos no âmbito da VI Cúpula dos BRICS, houve uma aproximação do fórum de diálogo com as potências regionais sul-americanas, coadunando com a estratégia de *outreach* dos BRICS e consolidando ainda mais a liderança brasileira na região.

Kornegay (2013) argumenta ainda que se considerarmos o regionalismo do cone-sul numa dinâmica geopolítica mais abrangente, o papel global Brasil num contexto de avanço dos 'BRICS poderia causar curto-circuito', uma vez considerados os

renovados interesses euro-americanos na integração do Espaço Atlântico e como isso influenciaria Brasília em relação ao Atlântico Sul.

Neste sentido, atuam lógicas complexas de estratégia securitária envolvendo as ZOPACAS¹² e o uso das ligações marítimas do IBASMAR a fim de definir e organizar os alcances transatlânticos do hemisfério sul. (KORNEGAY, 2013)

O hemisfério Sul em geral e o Atlântico Sul em particular representam o principal vácuo da reconfiguração da arquitetura do multilateralismo do século XXI. Isso pode significar que Brasília irá empregar na maior ênfase geoestratégica nos IBAS (IBSA) a fim de compor com Petrória e Nova Delhi em uma agenda conjunta para moldar a crítica dimensão atlântica. Para o Brasil, a integração nacional é o ponto de partida natural em cenários multifacetados a fim de validar suas aspirações globais e preencher seu propósito nacional. (KORNEGAY, 2013)

2.2.2. Rússia

A Rússia pós-soviética, com uma população em declínio, aliada com uma superdependência em hidrocarbonetos, se confronta com múltiplos desafios de integração. No nível sociopolítico, significa trazer coesão ao que, historicamente, constitui-se numa formação geopolítica imperial, multicultural, multinacional e multiregional. (KORNEGAY, 2013)

Atualmente mantendo juntas federações trincadas que se seguiram ao colapso soviético, os desafios de integração russa advêm da necessidade de consolidar ligações de mercado num panorama diverso e vasto, representadas pelas aspirações da CES como meio de recuperar o âmbito geopolítico das antigas repúblicas socialistas soviéticas. Ocupando o coração trans-eurasiano, a Rússia é simultaneamente Européia e Asiática, lar da conflituosa trindade de religiões Abraâmicas¹³. (KORNEGAY, 2013)

A dominância história da Rússia européia é determinante para que ponto de referência da identidade russa volte seu eixo gravitacional para o Ocidente. O caráter

¹² Como introdução ao estudo das ZOPACAS recomenda-se o autor Eli Alves Penha.

¹³ Islamismo, Judaísmo e Cristianismo, e da predominante Igreja Ortodoxa Russa.

continental de Moscou muitas vezes se relaciona com ambiguidade com o Ocidente e com o Oriente, ao passo que é levado por uma compulsão de integrar-se com o Ocidente de acordo com seus próprios termos. (KORNEGAY, 2013) A recente crise da Ucrânia e as inúmeras sanções impostas à Rússia pelos países ocidentais, entretanto, tem como consequência óbvia a aproximação russa da China e aumenta a importância estratégica dos BRICS como um todo para a política externa de Moscou.

As dinâmicas regionais que constroem a atuação russa estão relacionadas com a dominação do espaço pan-europeu através da geopolítica da segurança energética como motor da integração euro-russa. Estas questões estão intimamente ligadas com as perspectivas de retomada energética da América do Norte, que eventualmente compensaria e dependência de hidrocarbonetos da Europa em relação à Rússia dentro do contexto de integração renovada do Atlântico Norte. A reversão geoestratégica do equilíbrio do poder energético global juntamente com os movimentos russos em direção à sua adesão à OCDE moderam as aspirações regionais e globais de Moscou influenciadas via BRICS. (KORNEGAY, 2013) Estes movimentos de reconfiguração das matizes de fornecimento energético também, eventualmente, direcionariam a direção das relações russas para o leste asiático.

Assim, mesmo assumindo que a prioridade do presidente Putin é a reintegração da Rússia à Europa (KORNEGAY, 2013), uma estratégia complementar, como a que se observa em 2014, prevê a Rússia participando do lucrativo mercado energético asiático. Kornegay (2013) afirma que esta estratégia alternativa, na verdade, pode se ganhar caráter imperativo caso o renascimento energético dos Estados Unidos solte a dependência europeia ao abastecimento russo.

O BRICS pode ser visto como um veículo destinado a elevar o poder do Kremlin a um nível global, complementando a co-liderança OCX com a China. Apesar dos esforços de Putin para esculpir mais autonomia em relação ao domínio de Pequim na OCX, a organização tem figurado como veículo essencial para a Rússia recuperar e consolidar a sua hegemonia eurásiana. Entre a cobertura dos BRICS e a agenda eurásiana da OCX, uma geoestratégia eurocêntrica de Moscou em segurança energética envolve a Alemanha essencialmente como parceiro estratégico fundamental no avanço da integração euro-russa. (KORNEGAY, 2013)

Até 2013, a ênfase na Europa tomou precedência sobre a dimensão asiática da Rússia, embora a importância dessa última no cálculo de Moscou não possa ser descartada (KORNEGAY, 2013), especialmente tendo em vista os últimos episódios internacionais. De maneira geral, o objetivo aqui é a integração econômica do extremo oriente russo ao leste asiático transpacífico. (KORNEGAY, 2013)

Internamente, a Rússia européia se tornou inquieta: dentro do código intergeracional, vê-se uma burguesia nascente influenciada demograficamente pela instabilidade global que começou a se despertar a partir da Primavera Árabe de 2011. Essa tendência à politização social, inspirada por uma crescente impaciência com o *status quo* guiado especialmente pela democracia virtual, acrescenta ainda outra dimensão aos desafios integracionistas nacionais herdados do estado soviético. (KORNEGAY, 2013)

Em relação aos desafios da agenda doméstica e da política externa, seria interessante refletir como essas pressões por liberalização e por uma democratização mais profunda da política urbana de classe média russa se relacionam com a dinâmica integracionista do "vizinho próximo", incluindo-se aqui a Ucrânia e a Geórgia, onde protestos pró União Européia estão constantemente em jogo. Isto deve ser visto no contexto de como a Rússia consegue conter as pressões geopolíticas da tríade EUA/UE/OTAN, por um lado, e por outro lidar com a ascensão da China como superpotência regional, interferindo na sua esfera de influência no centro da Ásia e o papel dos BRICS relacionado a estas questões. (KORNEGAY, 2013)

2.2.3. Índia

Kornegay (2013) caracteriza a Índia como uma 'semi-confederação' dependente do equilíbrio entre os partidos nacionais e regionais. Apesar da independência do Reino Unido em 1947, a integração continua a ser um trabalho inacabado devido a diversos fatores. (KORNEGAY, 2013)

No plano econômico, pode ser atribuído à infraestrutura pobre do país, o que em parte explica o mercado interno ainda fragmentado. As dimensões da crise da infraestrutura indiana foram grotescamente sublinhadas pelo apagão de energia de junho

de 2012 em grande parte da Índia setentrional e oriental. A infraestrutura é, portanto, a prioridade estratégica indiana na construção de uma economia nacionalmente interligada. É por esta razão que Nova Delhi tem participação importante no Banco de Desenvolvimento dos BRICS, que expande as suas opções de financiamento de infraestrutura, permitindo que acesse recursos financeiros chineses de uma maneira que não a faça diretamente dependente de Pequim. (KORNEGAY, 2013)

O surgimento de uma identidade nacional indiana tem como contraponto as agendas regionalistas em detrimento do governo central. Atualmente, a Índia esbarra na realidade de uma infinidade de fragmentações, como no caso da resistência Naxalite nas províncias mais pobres do nordeste. A intensidade e a persistência dessas insurreições representam uma alienação cada vez mais violenta de etnias tribais marginalizadas entrelaçadas com dinâmicas complexas de classe e poder local. Estes desafios são vistos por alguns como expressões exploráveis de marginalização ao invés de movimentos revolucionários genuínos com objetivos separatistas. Comparações mais desafiadoras podem ser feitas na dinâmica de polarização de classe implicadas na erupção de destaque global da violência contra as mulheres (compartilhada pela África do Sul e pelo Brasil), por um lado, e do outro a oposição em massa da classe média contra as governanças complacentes com a corrupção. (KORNEGAY, 2013)

Por outro lado, a pressão de longa data por uma maior fragmentação política indiana a partir de uma divisão maior dos estados regionais já existentes. Considera-se que em alguns casos essa fragmentação pode ter origens linguísticas, além de ser impulsionada pelas exigências de um governo mais acessível contrário a alguns estados que parecem ser grandes demais. (KORNEGAY, 2013)

A fragmentação interna acompanha outras linhas falhas, como a divisão de castas bem como o regionalismo amplificado pela guerra civil não resolvida das divisas com o Paquistão. Pelo menos a intensidade dos conflitos em torno de Jammu e a Caxemira tem sido muito reduzida, enquanto que a Índia e o Paquistão aparentemente se movimentam na direção de relações comerciais normalizadas. As questões da profundidade estratégica do Afeganistão, que seria ameaçada pela Índia e acaba sendo uma ameaça permanente para a segurança indiana. Agravando estas questões está a ainda pendente a retirada das tropas da OTAN do Afeganistão e uma solução política

com apoio regional, incluindo um papel estabilizador para a Índia. (KORNEGAY, 2013)

Estes inúmeros desafios, juntamente com outros problemas de segurança interna e externa, combinam-se com o cerco geopolítico do país no sul da Ásia pela aliança sino-paquistanesa, formando um pano de fundo de relações regionais ambíguas entre a Índia e outros estados membros da SAARC. Existe assim uma interação dinâmica entre os desafios intra-estaduais de integração política e socioeconômica e um processo aparentemente parado de integração regional com a SAARC. (KORNEGAY, 2013)

A Índia é vista como tendo má conectividade comercial com seus vizinhos, o que pode ser revertido se o comércio indopaquistanês ganhar dinamismo. Caso contrário, a Índia não é considerada estruturalmente incorporada à engrenagem produção do Sul da Ásia da mesma maneira complementar se observa em relação à China na Ásia Oriental. (KORNEGAY, 2013)

Coloca-se ainda as questões como o progresso das relações econômicas entre Índia e Bangladesh e o apaziguamento de outras questões, como uma Myanmar politicamente descongelada dentro do agrupamento BIMSTEC da Baía de Bengala, que criariam potencial mais otimista para as perspectivas de integração inter e intra regionais, que provavelmente devem incorporar o litoral oeste da China, dependendo muito da convergência sino-indiana em torno de Myanmar como pivô interregional do sul, leste e sudeste asiáticos. (KORNEGAY, 2013)

A ligação entre o regionalismo do Sul da Ásia e outras dinâmicas regionalistas do continente formam uma interação complexa nas relações sino-indianas, exemplificadas pelo status de observadora da China na SAARC ao lado do 'olhar para o leste' da política indiana ao mesmo tempo em que envolve a criação de laços comerciais com a ASEAN e os relacionamentos com o "triângulo estratégico" ao lado de Rússia e China. Estas parecem ser fontes aparentes de uma confusão de identidade das opções geoestratégicas da Índia, uma vez, para Kornegay (2013), ela aceita marginalizar seu status de observadora da OCX. (KORNEGAY, 2013)

O cerco geoestratégico da Índia no continente asiático também comporta a atenção da Índia aos seus interesses securitários e geoeconômicos indo-pacíficos, gerando ambivalências complexas: apresenta-se um foco no Oceano Índico, com potencial para forjar um eixo da IBSMAR com a África do Sul. (KORNEGAY, 2013)

Essas contradições estão relacionadas com uma tendência “anti-IBAS” que visa trazer a gravitação da Índia em torno da Austrália, no âmbito alinhamento INDOMES, embora tal mecanismo poderia ser acomodado dentro da estrutura IBAS, em que a Austrália, no caso de uma ligação efetiva, seria um parceiro de diálogo. (KORNEGAY, 2013)

Para Kornegay (2013), isto está relacionado com as questões da frustração indiana pela percepção de liderança de Pequim em relação aos BRICS, retaliada pela exclusão da China do diálogo IBAS, manobra indiana realizada ao chamar a participação da África do Sul. Para alguns analistas, estes componentes fazem do IBAS redundante, assim como o complexo de inferioridade da Índia em relação à China faz dela um ator pouco confiável nas equações de poder emergentes IBAS-BRICS. (KORNEGAY, 2013)

A interação entre o contra-balanço mútuo em suas respectivas vizinhanças, protagonizado por China e Índia, acabam por se sobrepor às questões de identidade que afetam os dois países. Colocando essas questões contra o cenário da utilidade multilateral de sua coalizão no âmbito dos BRICS, os BRICS podem ser considerados uma plataforma que permite seus membros atacarem em diversas direções de integração regional, complementares ou competitivas, que melhor sirvam às suas agendas geopolítica e econômica. No caso da Índia, a sua rivalidade de poder regional e inter-regional com a China, questões de integridade territorial ligadas com disputas nas fronteiras sino-indianas estão intimamente ligadas com as preocupações da Índia em consolidar sua integração nacional. (KORNEGAY, 2013)

2.2.4. China

A estratégia de integração interna chinesa esta amplamente ligada à necessidade de corrigir um mercado interno altamente fragmentado, promovendo um desenvolvimento menos desigual, mantendo a estabilidade e a coesão nacional, superando tendências de protecionismo local e reforçando o regionalismo econômico, num projeto de integração nacional que deve recair sobre a periferia chinesa. (KORNEGAY, 2013)

O imperativo econômico como meio de dar coesão ao mercado interno é associado com uma política de dominação, seguindo as bases de um modelo autoritário com aspectos de “colonização interna”, de um ponto de vista mais particular, representadas pelas limitações às aspirações de autonomia étnica em oposição à coesão regional, como nos casos do Tibete e Xinjiang. Do ponto de vista de Pequim qualquer autonomia é vista como secessão. (KORNEGAY, 2013)

Por outro lado, “uma China, dois sistemas” enfrenta contradições de classe, enquanto Hong Kong recebe uma extensão maior de autonomia e pluralidade cultural, uma vez que é financeiramente muito importante para que Pequim a confronte. (KORNEGAY, 2013) Recentemente, entretanto, surgiram protestos em Hong Kong demandando eleições democráticas independentes às escolhas políticas do PPC, rapidamente abafados, ressaltando as contradições da integração do sistema misto chinês.

Enquanto as tensões han-tibetanas acompanhadas por disputas nas fronteiras sino-indianas do Himalaia, a integração econômica entre Índia e China pode sugerir uma solução para estas questões dentro do contexto regional dos BRICS, o que reforçaria o poder econômico global transferindo-se para a Ásia.

As preocupações chinesas também recaem sobre os grupos insurgentes do Paquistão, desestabilizadores da região. Uma solução estaria na integração indo-paquistanesa. (KORNEGAY, 2013)

3. Segundo Ciclo de Cúpulas: Declaração de Fortaleza

O segundo ciclo de cúpulas dos BRICS é, talvez, o momento mais importante da coalizão, marcando uma nova fase de cooperação e a institucionalização do bloco. Por seus resultados, com a Assinatura do Acordo no Novo Banco de Desenvolvimento e o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas, a Cúpula de Fortaleza traz novas implicações para a coordenação entre os países, que a partir deste momento aprofundam de maneira consistente as suas relações num cenário de instabilidade e mudança internacional.

A análise dos mecanismos financeiros inaugurados em Fortaleza é, portanto, a análise central deste trabalho.

3.1. A Declaração de Fortaleza

Os países dos BRICS representados pelos seus respectivos líderes, a presidenta Dilma Rousseff, da República Federativa do Brasil; o presidente Vladimir Putin, da Federação Russa; Narendra Modi, primeiro-ministro da República da Índia; o presidente Xi Jinping, da República Popular da China e Jacob Zuma, presidente da República da África do Sul, se reuniram em Fortaleza, entre os dias 14 e 16 de julho de 2014 para celebrar a VI Cúpula do agrupamento. O encontro deu início ao segundo ciclo de cúpulas, uma vez que todos os cinco países já foram sediaram os fóruns de diálogo anteriores, e o tema escolhido para orientar as discussões foi “Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis” que, segundo a Declaração de Fortaleza, é “condizente com as políticas macroeconômicas e sociais inclusivas implementadas pelos governos dos países dos BRICS posto pela necessidade em se alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação”. (FORTALEZA, 2014)

Este novo ciclo de Cúpulas demonstra o comprometimento dos países dos BRICS em aprofundarem sua parceria com visão renovada, com base na abertura, inclusão e cooperação mutuamente benéfica e, neste sentido, explorar novas áreas de cooperação.

Conforme expresso na Declaração de Fortaleza, parágrafo 2º:

“Na sequência do primeiro ciclo de cinco Cúpulas, sediadas por cada membro do BRICS, nossa coordenação encontra-se assentada em diversas iniciativas multilaterais e plurilaterais e a cooperação intra-BRICS se expande para contemplar novas áreas.” (FORTALEZA, 2014)

Dando continuidade ao que foi decidido nas duas reuniões anteriores dos mandatários¹⁴, a IV Cúpula em Nova Delhi, em 2012, e a V Cúpula em Durban, em 2013, o BRICS deu um importante passo na construção de maior institucionalização do grupo. O resultado foi a assinatura importantes documentos: a Declaração e Plano de Ação de Fortaleza; o Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, (*Agreement on the New Development Bank, NDB*), o Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, (*Treaty for the Establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement, CRA*)¹⁵, o Acordo Multilateral de Cooperação dos BRICS sobre Inovação entre os Bancos de Desenvolvimento nacionais (*Cooperation Agreement on Innovation*) e ainda um Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre Agências de Seguro de Crédito à Exportação dos BRICS¹⁶ (*Memorandum of Understanding on Cooperation Among BRICS Export Credit Insurance Agencies*).

Para o embaixador José Garcia Lima, em um tempo relativamente curto, entre 2009 a 2014, o diálogo entre os membros dos BRICS ganhou não só profundidade como também abrangência: por um lado, o grupo consolida o seu papel atuando de maneira positiva para a democratização das relações internacionais e também para o

¹⁴ Como explicitado no capítulo anterior, na IV Cúpula dos BRICS, a Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi, parágrafo 13, anuncia a *intenção* dos países dos BRICS de estabelecerem um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos com vistas a suplementar os esforços correntes de instituições financeiras multilaterais e regionais de promoção do crescimento e desenvolvimento, instruindo os Ministros de Finanças a examinarem a viabilidade e possibilidade de implementação. Na Cúpula seguinte, a Declaração e Plano de Ação de eThekweni, parágrafos 9 a 13, os líderes agradecem aos trabalhos dos seus Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais em constatarem a viabilidade da proposta e que *concordam* não apenas com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, mas também com a criação de uma rede de segurança financeira, o Arranjo Contingente de Reservas.

¹⁵ Apesar da Declaração de eThekweni se referir no parágrafo 10 ao Arranjo como pela sigla ACR, para o propósito deste trabalho, optou-se por manter as siglas em inglês tanto do Novo Banco de Desenvolvimento, NDB; quanto do Arranjo Contingente de Reservas, CRA. Essa opção baseou-se no fato da presidenta Dilma Rousseff em entrevista coletiva dada após a VI Cúpula ter se referido às instituições dessa maneira, da ambiguidade do Ministério das Relações Exteriores ao se mencionar o Acordo – em algumas páginas CRA em outras ACR, o fato da língua oficial adotada para a publicação dos BRICS ser o inglês, a grande quantidade de artigos acadêmicos/de mídia brasileiros que se referiram ao Arranjo dessa maneira e, por fim, por uma preferência de sonoridade da autora. Por uma questão de concordância, a sigla do Banco manterá o mesmo critério.

¹⁶ Para os fins deste trabalho não nos aprofundaremos na análise do BRICSMOU nem do BRICSINOVATION. De maneira geral, os acordos significam que [...] Os documentos podem ser acessados pelo endereço eletrônico da VI Cúpula: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/acordos

aprimoramento das instituições de governança internacional já existentes. Por outro lado, os países dos BRICS estão construindo uma sólida parceria com iniciativas de cooperação em diversas áreas, a nível de governo ou de agências inter-governamentais. (GARCIA LIMA, 2014)

Para os líderes de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a VI Cúpula ocorre em momento crucial, à medida que a comunidade internacional avalia como enfrentar os desafios em matéria de recuperação econômica sólida após as crises financeiras globais.¹⁷ Diferenciando-se o primeiro ciclo de cúpulas, em que as economias dos BRICS consolidaram coletivamente suas posições como os principais motores para a manutenção e o ritmo da economia internacional – em que o crescimento econômico e as políticas de inclusão social dos países dos BRICS ajudaram a estabilizar a economia internacional, fomentar a criação de empregos, reduzir a pobreza e combater a desigualdade – neste novo ciclo os países se propõem a não só contribuírem com seu crescimento econômico, mas sim colaborando com a definição da agenda internacional na área de desenvolvimento social.¹⁸

Os primeiros 23 parágrafos da Declaração de Fortaleza são reservados para diversos assuntos de caráter econômico-financeiro. Mesmo cooperações em áreas mais abrangentes fazem menção ao crescimento dos mercados emergentes, como a instauração de uma metodologia comum aos Institutos Nacionais de Estatística e Ministérios da Saúde e Educação, a fim de afinar a Publicação Estatística Conjunta dos BRICS, tem sua justificativa na melhor reflexão do “avanço das políticas sociais [...] e os impactos positivos de seu crescimento econômico.”¹⁹

Assim, no começo do documento, os países refletem sobre os cuidados a serem tomados nas políticas monetárias pelas economias avançadas a fim de minimizar repercussões negativas²⁰ e reiteram a importância de estruturas macroeconômicas fortes, em especial as coordenações realizadas no G20²¹, no último ano (2013) presidido pela

¹⁷ FORTALEZA, § 5/2014.

¹⁸ Ibidem, 6.

¹⁹ Ibidem, 7.

²⁰ Alusão ao fim do *quantitative easing* (QE3), que tem como consequência mais direta a alta na taxa de juros norte-americanos, o que pressiona os mercados emergentes.

²¹ O G-20 é formado por 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) mais a União Européia. É constituído pelos chefes de Estado e de governo desses países. a partir de 2008, levando em consideração o G-20 preexistente de autoridades financeiras

Rússia, como fator crítico para o fortalecimento de perspectivas para uma recuperação mundial vigorosa e sustentável.^{22 23 24}

A seguir, nos parágrafos de 11 a 15, apresentam os novos mecanismos criados, o NDB e o CRA, além de saudar a o Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Exportação e o progresso do Acordo de Cooperação Interbancária. Como um aprofundamento das iniciativas de cooperação econômica intra-BRICS, o parágrafo 20 também apresenta a recomendação da elaboração de um “roteiro de cooperação”, materializado nas propostas de Estratégia de Cooperação Econômica dos BRICS e do Marco do BRICS de Parceria Econômica Mais Próxima e no parágrafo 23, reconhecendo a papel e a importância tanto das Empresas Estatais quanto das pequenas e médias empresas na geração de emprego e riqueza das economias nacionais de seus países, declaram a necessidade em se ampliar o diálogo e a cooperação intra-BRICS a fim de fomentar inovação, pesquisa e desenvolvimento.

Dando sequência aos argumentos, como se os efeitos tivessem precedido as causas durante a elaboração da declaração, os países dos BRICS expressam a sua preocupação com os impactos negativos da evasão tributária e instruem suas autoridades competentes a explorar formas de reforçar a cooperação na área aduaneira; conclamam os membros do FMI a encontrar maneiras de implementar a 14ª Revisão Geral de Quotas “sem maiores atrasos”, declarando-se explicitamente que continuam “desapontados e seriamente preocupados com a presente não implementação das reformas do Fundo Monetário Internacional.”²⁵

No mesmo sentido, advogando uma arquitetura financeira internacional que conduza à superação dos desafios em matéria de desenvolvimento, reconhecem os ambiciosos objetivos da nova estratégia apresentada do Banco Mundial e da comunidade internacional em acabar com a extrema pobreza, mas apontam que “esse potencial somente será realizado se a instituição e seus membros caminharem

e monetárias dos países (ministros de Fazenda/Finanças e presidentes dos bancos centrais), que se reúne desde 1999. O grupo foi formado no momento agudo da crise econômica e financeira de 2008, para tentar administrar um processo de saída coordenada da crise, e vem se reunindo desde então. A última reunião foi em São Petersburgo, Rússia, em 2013, e a próxima está marcada para novembro de 2014 em Brisbane, Austrália.

²² Ibidem, 8.

²³ Ibidem, 9 - 10.

²⁴ Ibidem, 17.

²⁵ Ibidem, 18.

efetivamente em direção a estruturas de governança mais democráticas” esperando, assim, o início dos trabalhos de revisão acionária do Banco Mundial.²⁶

Por fim, os BRICS reafirmam seu apoio a um comércio multilateral aberto, inclusivo, não discriminatório e transparente, reiterando seus esforços para a conclusão bem-sucedida da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), destaca-se aqui em especial a interessante iniciativa dos Estoques Públicos para Fins de Segurança Alimentar, considerada prioritária na Declaração de Fortaleza. Além disso, a declaração faz considerações sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).²⁷

Contrastando com as extensivas demandas e proposições de caráter econômico e financeiro, o parágrafo 25 da Declaração de Fortaleza é o único a mencionar as reformas de caráter político na governança internacional, figuradas pela reforma dos acentos do Conselho de Segurança da ONU tão ambicionadas por Brasil, Índia e África do Sul:

“Reiteramos nosso firme compromisso com as Nações Unidas como a organização multilateral fundamental, incumbida de ajudar a comunidade internacional a preservar a paz e a segurança internacionais, a proteger e promover os direitos humanos e a fomentar o desenvolvimento sustentável. As Nações Unidas desfrutam de composição universal e estão no centro da governança e do multilateralismo globais. Recordamos o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005. Reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficaz e eficiente, de modo que possa responder adequadamente a desafios globais. China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao status e papel de Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais e apoiam sua aspiração de desempenhar um papel maior nas Nações Unidas.” (FORTALEZA, 2014)

Após breves menções sobre os direitos humanos e “paz sustentável”, a Declaração de Fortaleza separou uma extensa parte de seu corpo de texto para que os líderes dos BRICS se manifestassem em relação aos acontecimentos da conjuntura atual da política internacional, especialmente em questões que tangem segurança e crises político-humanitárias.

²⁶ Ibidem, 19.

²⁷ Ibidem, 21-22.

Os parágrafos 29 a 36 se dedicam a questões diversas de conflitos no continente africano, preocupação com a instabilidade no continente e apoio aos esforços das missões da ONU e reiterando suas respectivas resoluções no enfrentamento destas instabilidades. Menciona-se, então, o apoio às eleições legislativas da Guiné-Bissau e Madagascar e os respectivos esforços da ONU, UA, CEDEAO e CPLP e da SADC; preocupação com o terrorismo em Chibok pelo Boko Haram; apoio à MINUSMA; preocupação com a crise humanitária no Sudão do Sul e as mediações da IGAD; preocupação com a situação da RCA e apoio aos esforços, nessa questão, da UA, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central e do estabelecimento da MINUSCA; apoio aos esforços da ONU na República Democrática do Congo, em particular a MONUSCO e saúda-se a decisão da Cúpula da UA em Malabo a fim de estabelecer a ACIRC.

Na Declaração de Fortaleza ainda se expressa a preocupação com a situação da Síria, lembra que AGNU proclamou 2014 o Ano Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino²⁸ e conclama-se uma solução abrangente, justa e duradoura para o conflito árabe-israelense.²⁹

Reconhecendo-se o direito inalienável do Irã ao uso pacífico de energia nuclear, reitera-se a visão de que não há alternativa a uma solução negociada para a questão nuclear iraniana, saudando-se as negociações entre o Irã e o E3+3 e o Plano de Ação Conjunta em Genebra. O documento ainda expressa opiniões sobre as questões do Afeganistão, Iraque e, por fim, Ucrânia, como será detalhado mais adiante.³⁰

Elencando questões mais amplas da agenda, disserta-se sobre pirataria e a decorrente revisão das Áreas de Alto Risco com vistas a prevenir efeitos negativos desnecessários à economia de Estados costeiros; combate às redes internacionais de crime organizado através dos mecanismos oferecidos pela ONU; políticas de combate às drogas tendo em vista a saúde pública dos países dos BRICS; cooperação no combate aos crimes cibernéticos, conforme enfoque da Declaração de eThekweni; condenaram a corrida armamentista no espaço exterior; falaram da importância estratégica da educação; diplomacia cultural; cooperação nas questões demográficas e combate à

²⁸ Sobre a relação dos BRICS com a questão Palestina, ver BORTON, Guy, The BRICS and Gaza. Open Democracy. 22 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/guy-burton/brics-and-gaza>

²⁹ FORTALEZA, § 37 e 38/2014.

³⁰ Ibidem, 41-44

corrupção e cooperação agrícola. Destaca-se, entre estas declarações, ações práticas como a Reunião dos Ministros da Educação dos BRICS, realizada em novembro de 2013; a proposta de criação de um Grupo de Trabalho Antidrogas apresentada no II Encontro dos Chefes das Agências Antidrogas dos BRICS, o estabelecimento da Plataforma de Troca de Informações e Intercâmbio dos BRICS e a realização do Encontro de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação dos BRICS.³¹

Como mais uma expressão do objetivo em cooperar a longo-prazo, lança-se o estudo do Conselho de Think Tanks dos BRICS (BTTC): *Towards a Long-Term Strategy for BRICS: Recommendations by the BTTC*, que sugere cinco pilares estratégicos para a concentração da cooperação dos países, quais sejam: (i) promoção da cooperação para crescimento econômico e desenvolvimento; (ii) paz e segurança; (iii) justiça social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; (iv) governança política e econômica; (v) progresso através do compartilhamento de conhecimento e inovação.

Em relação ao meio-ambiente, reiterou-se os compromissos com a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica³², com especial atenção para as Metas de Achi e o Plano Estratégico para Biodiversidade 2011-2020; e reconhecendo que a mudança climática é um dos principais desafios que a humanidade enfrenta, apoiou-se as decisões adotadas na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em particular o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas:

“Estamos empenhados em trabalhar em direção a um processo intergovernamental inclusivo, transparente e participativo para a construção de uma agenda de desenvolvimento universal e integrada com a erradicação da pobreza como objetivo central e abrangente. A agenda deve integrar as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada e abrangente, com objetivos concisos, implementáveis e mensuráveis, tendo em conta diferentes realidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando políticas e prioridades nacionais. A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deve, igualmente, respeitar plenamente e basear em todos os princípios do Rio sobre desenvolvimento sustentável, inclusive o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.” (FORTALEZA, 2014, § 54)

³¹ Ibidem, 40, 45-50, 56-69

³² Convention on Biological Diversity, CBD. Mais informações no endereço: <http://www.cbd.int/>

Por trás desta declaração, mencionadas na Declaração da I Cúpula, parágrafo7; na Declaração da II Cúpula, parágrafo 22; na Declaração de Sanya, parágrafos 22,23; na Declaração de Nova Delhi, parágrafos 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34; na Declaração de eThekwini, parágrafos 35, 36, 37 e, finalmente na Declaração de Fortaleza, parágrafos 51,52,54 e 55 estão as discussões de que a mudança climática não pode ser um entrave para o desenvolvimento das economias, portanto as responsabilidades em países plenamente industrializados deveria ser diferente de países que ainda buscam a terceira revolução industrial.

Apesar das definições de “desenvolvimento sustentável” serem delineadas na III Cúpula, IV Cúpula, em março de 2012, é a que mais versa sobre o tema da mudança climática, especialmente no âmbito das preparações para a RIO+20, realizada em junho de 2012. Assim, na III Cúpula, os líderes dos BRICS delinearam a necessidade de cooperações pragmáticas em vistas de adaptar as sociedades e economias às mudanças do clima (parágrafo 22) e que o quadro do desenvolvimento sustentável deve incluir (i) crescimento econômico, (ii) desenvolvimento social e (iii) proteção ambiental (parágrafo 23).

Na IV Cúpula, os países dos BRICS sublinham que o tratamento da temática de mudança do clima deve ser por meio de crescimento sustentável inclusivo e não limitativo ao desenvolvimento. Os países ainda defendem que a definição do conceito de economia verde³³, a ser criado na RIO+20, levassem em conta o desenvolvimento

³³ Economia Verde é uma expressão de significados e implicações ainda controversos, relacionada ao conceito mais abrangente de Desenvolvimento Sustentável, consagrado pelo Relatório Brundtland, de 1987. A Iniciativa Economia Verde (IEV, ou GEI-Green Economy Initiative, em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançada em 2008, concebe a Economia Verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Ela tem três características preponderantes: é pouco intensiva em carbono, eficiente no uso de recursos naturais e socialmente inclusiva. Para os países em desenvolvimento, as preocupações são de que a EV seja adotada de maneira unidimensional, puramente ambiental, sem considerar as dimensões do desenvolvimento e da igualdade social; como nova condicionalidade sobre os países em desenvolvimento em casos de assistência financeira, empréstimos e reescalonamento ou cancelamento da dívida externa de alguns países e Dúvidas sobre em que medida a utilização de mecanismos de mercado para empresas de países ricos compensarem emissões de poluentes em outras empresas ou países não implicaria a manutenção de uma injusta divisão internacional do trabalho e da riqueza, mantendo o Sul pobre e fornecedor de “serviços ambientais” (além das tradicionais matérias-primas e mão-de-obra barata), enquanto o Norte permanece afluente e consumista. As discussões travadas na RIO+20 atrelam, portanto, os conceitos de Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável como atreladas também a questões como a erradicação da pobreza, não podendo ser separados de programas de cunho social e nem uma barreira para o crescimento e desenvolvimento econômico de economias emergentes e países em desenvolvimento.

sustentável e a erradicação da pobreza, sem ser um motivo para a criação de barreiras para o comércio e o desenvolvimento:

“Deve-se dar às autoridades nacionais flexibilidade e espaço político para que façam suas próprias escolhas com amplo leque de opções, e definam caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável, baseado no estágio de desenvolvimento do país, estratégias nacionais, circunstâncias e prioridades. Resistimos a introdução de barreiras de comércio e investimento, independentemente de seu formato, vinculada ao desenvolvimento da economia verde.” (NOVA DELHI, 2012, § 34)

No VI Cúpula, ainda no âmbito do meio-ambiente, os líderes versaram sobre a dependência mundial aos combustíveis fósseis como principal fonte de energia e se comprometeram a cooperar no desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis e limpas, além de defenderem a universalização do acesso à energia (BRICS, 2014, § 53).

Apesar das considerações políticas presentes na Declaração de Fortaleza e da criação das novas áreas de cooperação, destaca-se o caráter predominantemente financeiro da cimeira, ao menos no que tange sua agenda e seus resultados práticos. A programação da VI Cúpula realizou previamente, em seu primeiro dia de encontros, Reuniões do Foro Empresarial e dos Grupos de Trabalho do Conselho Empresarial do BRICS, Reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio do BRICS e Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais do BRICS. Posteriormente deu-se, no dia 15 de julho, a Primeira sessão de trabalho da Cúpula BRICS – sessão privada e sessão plenária do encontro dos líderes – e a Cerimônia de Assinatura de Atos.

No último dia a Cúpula mudou-se de Fortaleza para Brasília, onde foi realizada a Segunda Sessão de Trabalho da Cúpula BRICS, celebrando o encontro destes Chefes de Estado e/ou Governo com seus contrapartes da América do Sul, os doze membros da UNASUL, aumentando as expectativas sobre o potencial de avançar o financiamento da infraestrutura de integração na América Latina e Caribe (CARMONA, 2014). A sessão de trabalho repete o seguimento da Cúpula de Durban no ano anterior, quando houve diálogo dos líderes do BRICS com os Chefes de Estado e/ou Governo do continente africano e se insere na prioridade concedida aos países em desenvolvimento na estratégia de *outreach* do BRICS (MRE, 2014).

Lê-se no parágrafo 3 da Declaração de Fortaleza:

“Renovamos nossa disposição para o crescente engajamento com outros países, em particular países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado, assim como com organizações internacionais e regionais, com vistas a fomentar a cooperação e a solidariedade em nossas relações com todas as nações e povos. Para tanto, realizaremos uma sessão conjunta com os líderes das nações sul-americanas, sob o tema da VI Cúpula do BRICS, com o intuito de aprofundar a cooperação entre os BRICS e a América do Sul. Reafirmamos nosso apoio aos processos de integração da América do Sul e reconhecemos, sobretudo, a importância da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na promoção da paz e da democracia na região, e na consecução do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Acreditamos que o diálogo fortalecido entre os BRICS e os países da América do Sul pode desempenhar papel ativo no fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional, para a promoção da paz, segurança, progresso econômico e social e desenvolvimento sustentável em um mundo globalizado crescentemente complexo e interdependente”.

(FORTALEZA, 2014)

Paralelamente, na Declaração de eThekweni (2013) também no parágrafo 3, os líderes dos BRICS reiteram a previsão da Declaração de Sanya (2012) do incremento ao engajamento com as Economias Emergentes e Países em Desenvolvimento e anunciam:

“Realizaremos um Retiro com líderes africanos depois desta Cúpula, sob o tema "Liberando o potencial da África: Cooperação entre BRICS e África em Infraestrutura". O Retiro é uma oportunidade para os líderes do BRICS e líderes africanos debaterem como reforçar a cooperação entre os países do BRICS e o continente africano.”

(eTHEKWINI, 2013)

E ainda, no parágrafo 4 desta mesma declaração:

“Reconhecendo a importância da integração regional para o crescimento sustentável, o desenvolvimento e a erradicação da pobreza na África, reafirmamos nosso apoio aos processos de integração do continente.” (eTHEKWINI, 2013)

Na abertura desta Segunda Sessão de Trabalho da Cúpula dos BRICS, a presidenta Dilma Rousseff reiterou a absoluta prioridade que o Brasil atribui à América do Sul, afirmando que a integração regional é uma política de Estado e que a aproximação entre a América do Sul e os BRICS reafirma a importância da cooperação entre países em desenvolvimento: “a integração sul-americana e as iniciativas comuns do BRICS são parte de um mesmo processo que busca um desenvolvimento justo e equilibrado e uma projeção global autônoma e soberana”. (ROUSSEFF, 2014)

A Cúpula atendeu aos objetivos nacionais distintos de cada um dos países dos BRICS (PATTI et. al., 2014; CARMONA, 2014). Para o Brasil, como anfitrião, era importante garantir que resultados concretos fossem alcançados; a Rússia buscou romper o isolamento diplomático imposto ao país pelos Estados Unidos e pela Europa após a recente crise na Ucrânia; Narendra Modi, recém-eleito primeiro-ministro da Índia participou de seu primeiro grande encontro internacional como Chefe de Governo; Xi Jinping realizou a sua primeira visita à região e para a China o encontro representou um avanço em seu projeto de aumentar sua projeção internacional ao mesmo tempo que conciliou sua defesa de um sistema internacional mais multilateral; Jacob Zuma, presidente da África do Sul, também realizou sua primeira viagem à região após a sua reeleição e as conclusões da VI Cúpula dos BRICS deram continuidade à busca do país por mecanismos que contribuam à integração regional africana e ao desenvolvimento de infra-estrutura para o continente. (PATTI et. al., 2014)

De uma perspectiva mais ampla, avalia-se que além da participação brasileira nos BRICS representar um aumento da margem de manobra do país através da aliança com grandes países emergentes com interesses nacionais convergentes diante de um cenário internacional conturbado, a criação do NDB e do CRA têm repercussões diretas para o entorno estratégico brasileiro:

“Do ponto de vista geopolítico, para o Brasil, a possibilidade de financiamento dos projetos de integração em seu entorno geográfico pelo NDB introduz fatores importantes, Ao mesmo tempo em que poderá ajudar a equacionar o grave problema do financiamento do projeto de integração – fato de paralisia e esgotamento – manterá a tendência, que já vêm de alguns anos, de adensamento da presença das novas potências em nosso entorno, juntando-se a presença das antigas potências tradicionais, especialmente dos Estados Unidos. Dado que atualmente há sério problema de coesão interna Mem torno dos termos da ascensão internacional do Brasil – com o Estado possuindo visão estratégica consideravelmente superior à de suas elites, sobretudo aquelas mais vinculadas a interesses mercantis no estrangeiro –, transitoriamente, até que se estabeleça maior unidade, resultará inevitável maior presença de potência extrarregionais – velhas e novas – em nosso entorno geográfico (CARMONA, 2014).”

O BRICS representa, para o Brasil, a formalização de uma estratégia que se encontra explícita na sua política externa: contribuir para a construção de um sistema internacional multipolar, ao lado de uma diplomacia afirmativa nas negociações multilaterais e nas relações bilaterais, incluindo eixos da cooperação Sul-Sul – incluindo

o fórum IBAS – e parcerias estratégicas com as potências emergentes. (VISENTINI, 2012)

Aponta-se os mecanismos bilaterais que consolidam especialmente a presença chinesa na América Latina, como a Cúpula China, Países da América Latina e Caribe (CELAC) e o acordo tripartite entre China, Peru e Brasil para financiar a Ferrovia Transcontinental que liga o Atlântico ao Pacífico³⁴, além de chamar atenção para os elevados financiamentos chineses à Venezuela: “energia para China, financiamento para o desenvolvimento da Venezuela” (JAUJA apud CARMONA, 2014).

Os líderes sul-americanos que participaram do encontro mostraram entusiasmo com as possibilidades de investimento, inclusive como propulsor da integração sul-americana: Michelle Bachelet, presidenta do Chile, mencionou a possibilidade de financiamento pelo NDB à carteira de projetos de infraestrutura do Conselho de Planejamento e Infraestrutura da UNASUL (COSIPLAN)³⁵; Rafael Correa, presidente do Equador, defensor de um fundo de reservas do Sul, saudou a criação do CRA; Nicolas Maduro, presidente da Venezuela, saudou a liderança brasileira e propôs uma aliança entre o NDB e o ainda não operacionalizado Banco do Sul³⁶; Evo Morales, presidente do Uruguai, ressaltou a oportunidade de terminar com as condicionalidades impostas pelas potências tradicionais. (CARMONA, 2014)

O presidente Vladimir Putin, anteriormente a VI Cúpula, visitou Cuba, Nicarágua e Argentina somadas às visitas regionais da China assinala, para alguns analistas como Ronaldo Carmona, que o BRICS vai dialogando com o entorno geográfico de cada um de seus integrantes. Após a criação, por ocasião da V Cúpula, do Foro China/*África Council*, estabelece-se em Brasília o mecanismo BRIC S/UNASUL: “As novas alianças são importantes para a América Latina no sentido de diversificar as

³⁴A China é o grande parceiro comercial do Brasil. Só este ano, Brasil e China assinaram 32 acordos de cooperação que abrangem áreas como tecnologia, telecomunicações, sensoriamento remoto, defesa, energia e educação. Para saber mais acesse o Portal Brasil pelo link: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/07/brasil-e-china-assinam-32-acordos-de-cooperacao>. A assinatura do acordo para a ferrovia se deu recentemente, em 12 de novembro deste ano. Leia mais em Folha de São Paulo, Países fecham acordo para a criação da ferrovia bioceânica Peru-Brasil. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1546901-xi-e-humala-fecham-criacao-de-grupo-de-trabalho-para-a-ferrovia-peru-brasil.shtml>

³⁵ A COSIPLAN substituiu a iniciativa da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)

³⁶ No papel, o Banco do Sul já é uma instituição jurídica internacional desde dezembro de 2011, com a ratificação pelo congresso do Uruguai. Tem hoje como sócios a Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela, onde ficará a sede. Além do Brasil, o Paraguai também não aprovou o acordo em seu congresso nacional.

relações. Potencialmente, afetam a própria presença tradicional dos Estados Unidos em seu perímetro geopolítico primário.” (CARMONA, 2014)

Entretanto, questiona-se a ênfase de Brasília na diplomacia dos poderes emergentes focada nos BRICS em detrimento do fortalecimento da integração nacional com vistas a promover uma economia integrada na América Latina. Fortalecer o cone-sul é entender o alcance do MERCOSUL e a agenda dos Andes Bolivarianos, de aspirações desenvolvimentistas que desejam lançar um Banco do Sul ao lado do hegemônico BNDES, ações que alimentam o poder continental do Sul através também da UNASUL, do Conselho de Defesa Sul-Americano e da CELAC³⁷. Na falta destas compreensões, os resultados positivos da Cúpula dos BRICS em relação ao fortalecimento da integração latina podem diluir-se. Além disso, aponta-se que se o regionalismo do cone-sul é considerado em uma geopolítica mais abrangente, o papel de liderança do Brasil nos BRICS pode ter como resultado um choque de interesses se considerado o renovado interesse euro-americano no Espaço Atlântico. (KORNEGAY, 2013)

Para a maior parte dos analistas internacionais, a grande importância conferida à VI Cúpula dos BRICS para a Rússia, no contexto atual, seria o espaço de busca ao apoio às suas políticas questionadas e isoladas pelo ocidente. Sendo assim, a reunião resultou para a Rússia bem mais do que resultados do *pool* de reserva monetário do agrupamento, a conformação do NDB e seus níveis institucionais e, de interesse em especial para Moscou, no engendramento de uma associação energética: simbolizou a tentativa de neutralizar os efeitos negativos das sanções ocidentais sobre a economia doméstica e a intensificação da cooperação internacional (PATTI et. al., 2014) a despeito da crise da Ucrânia.

Portanto, a reunião de Fortaleza tem um sentido estratégico chave para a Rússia diante do recrudescimento da resposta das potências estabelecidas com o avanço da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sobre a Ucrânia, sendo o primeiro foro multilateral do qual Putin participou pós-Criméia e o segundo movimento expressivo de buscar romper as tentativas de isolamento. O primeiro movimento foi a visita do presidente russo à Pequim, onde assinou um importante acordo energético de

³⁷ Que inclui Cuba mas exclui os Estados Unidos, como um indicativo do isolamento hemisférico de Washington.

30 anos e aproximadamente US\$ 400 bilhões com a China³⁸. Ainda estando o presidente russo em terras brasileiras na ocasião de Fortaleza, o presidente norte-americano, Barak Obama, anunciou novas sanções, que foram retaliadas com o cancelamento das compras de itens agropecuários russas nos mercados norte-americano e europeu. O resultado é, novamente, uma aproximação com os países dos BRICS, uma vez que a Rússia anunciou sua intenção de buscar no mercado brasileiro parte importante destes produtos, além de se especular que a indústria de Defesa russa, igualmente objeto de sanções ocidentais, poderá buscar o mesmo caminho junto aos países dos BRICS. (CARMONA, 2014)

A abstenção dos países do Brasil, Índia, China e África do Sul a votarem no plenário da 68ª Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) que resultou na Resolução 68/262, denominada Integridade Territorial da Ucrânia³⁹, já constituiu uma vitória diplomática para a Rússia.

Para Oliver Stuenkel, fica implícito que os BRICS rejeitam as iniciativas do ocidente para fazer da Rússia um pária e o país ganha tendo Putin em uma organização internacional (sic) na qual a Ucrânia não é um tema. (STUENKEL apud BOADLE, 2014) A coordenação dos países dos BRICS nos foros multilaterais, inclusive em questões específicas de política internacional, em suma assinala a ineficiência do ocidente em cooptar as potências emergentes para que adotem as suas posições. (STUENKEL, 2014)

³⁸ Neste sentido, o resultado das repetidas sanções e o recrudescimento da resposta ocidental à crise ucraniana pode ser visto como mais um fator favorável ao aumento da coesão dentro dos BRICS. Explica-se que Moscou é empurrada em direção à China, diluindo também algumas tensões entre Beijing e Moscou no âmbito da própria Organização para a Cooperação de Xangai. Lê-se mais sobre o assunto em VISENTINI, Paulo.: BRICS, OCX e IBAS: as coalizões dos emergentes. In: BRICS: As Potências Emergentes. Rio de Janeiro, Vozes. 2013.

Sobre o recente Acordo entre China e Rússia e suas implicações na balança de poder internacional recomenda-se PERLEZ, Jane, China and Russia Reach 30-Year Gas Deal. New York Times, 21 de maio de 2014. Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/05/22/world/asia/china-russia-gas-deal.html?_r=0, KASHIN, Vassíli, Crise com a Europa acelera aproximação entre Rússia e China. Gazeta Russa, 11 de setembro de 2014. Disponível em: http://br.rbth.com/internacional/2014/09/11/crise_com_a_europa_acelera_aproximacao_entre_russia_e_china_27319.html, BRASIL ECONÔMICO, Crise ucraniana acelera aproximação entre Rússia e China no setor energético. 05 de setembro de 2014. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/mundo/2014-09-05/crise-ucraniana-acelera-aproximacao-entre-russia-e-china-no-setor-energetico.html> e PIET, Remi, Russia-China energy deal: Geopolitical tectonic shift, Al Jazeera, 14 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/06/russia-china-energy-alliance-ge-201461765254926525.html>

³⁹ Documento completo do plenário A/68/PV.80, *Territorial Integrity of Ukraine*, disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/PV.80

Sobre as sanções à Rússia⁴⁰, sem mencionar nomes, a Declaração de Fortaleza traz no parágrafo 27 sua condenação:

“Daremos seguimento aos nossos esforços conjuntos em coordenar posições e em atuar sobre interesses compartilhados pela paz mundial e em questões de segurança, tendo em vista o bem-estar comum da humanidade. Enfatizamos nosso compromisso com a solução sustentável e pacífica de conflitos, conforme os princípios e objetivos da Carta da ONU. Condenamos intervenções militares unilaterais e sanções econômicas em violação ao direito internacional e normas universalmente reconhecidas das relações internacionais. Tendo isso presente, enfatizamos a singular importância da natureza indivisível da segurança e que nenhum Estado deve fortalecer sua segurança em detrimento da segurança dos demais.” (FORTALEZA, 2014)

E mais adiante, no parágrafo 44, posiciona-se sobre a situação ucraniana, a última declaração sobre política internacional:

“Expressamos nossa profunda preocupação com a situação na Ucrânia. Clamamos por um diálogo abrangente, pelo declínio das tensões no conflito e pela moderação de todos os atores envolvidos, com vistas a encontrar solução política pacífica, em plena conformidade com a Carta das Nações Unidas e com direitos humanos e liberdades fundamentais universalmente reconhecidos.” (FORTALEZA, 2014)

Politicamente, o encontro em Fortaleza foi a primeira participação a um encontro internacional do recém-eleito primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, que se encontrou com seus dois grandes vizinhos, Rússia e China, a partir do qual pactuou adensamento da presença indiana na Organização de Cooperação de Xangai. (CARMONA, 2014)

A importância dos mecanismos econômico-financeiros criados na VI Cúpula não é pequena para a Índia: em termos de integração nacional, infraestrutura é prioridade estratégica indiana. As dimensões da crise de infraestrutura indiana podem ser grotescamente sublinhadas pelo apagão de energia em grande parte da Índia setentrional

⁴⁰ Para informar-se sobre significado político das sanções e a coordenação política dos BRICS na AGNU, bem como em outros foros multilaterais e suas implicações para a ordem internacional recomenda-se ZECK, Zachary. Why Did BRICS Back Russia on Crimea? The Diplomat, 31 de março de 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/03/why-did-brics-back-russia-on-crimea/> STUENKEL, Oliver. BRICS undermine Western attempt to isolate Russia. Post-Western World, 25 de março de 2014. Disponível em: <http://www.postwesternworld.com/2014/03/25/undermine-attempt-isolate/> MERCIER, Gilbert, Ukraine's Crisis: Economic Sanctions Could Drive a Fragile World Economy into a Financial Quagmire. Global Research, 16 de março de 2014. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/ukraines-crisis-economic-sanctions-could-drive-a-fragile-world-economy-into-a-financial-quagmire/5373597>

e oriental. Sendo assim, para Nova Déli é de grande importância a constituição do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, de maneira que expanda suas opções de financiamento a projetos de desenvolvimento acessando recursos financeiros chineses de uma maneira que não a faça diretamente dependente de Beijing. (KORNEGAY, 2013)

Alguns analistas questionam se as rivalidades de poder regional com a China⁴¹, a questão das disputas com as fronteiras sino-indianas e algum complexo de inferioridade não fariam da Índia um ator pouco confiável na equação de poder dos emergentes. (KORNEAGY, 2013)

Positivamente, a estratégia adotada por Modi nesta cimeira foi enxergada como um avanço na política indiana ao se distanciar da clássica retórica Norte-Sul e procurou ampliar o debate do encontro abordando agendas globais importantes aos interesses nacionais indianos, como combate ao terrorismo. (PATTIS et. al., 2014)

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, destaques da VI Cúpula, atendem objetivos básicos da China de ganhar mais espaço nos grandes foros financeiros. Em estudo recente lançado pelo FMI, considerando a Paridade Poder de Compra⁴² (PPP, em inglês), a economia chinesa ultrapassou no segundo semestre deste ano a economia estadunidense, tendo atualmente o maior PIB do mundo⁴³. (GILES, 2014) Ainda assim, o país tem poderes de voto no FMI menores do que os países do BENELUX. (PATTI et. al., 2014)

⁴¹Sobre as rivalidades sino-indianas ver KAPLAN, Robert, The India-China Rivalry. STRATFOR, 25 de abril de 2012. Disponível em: http://www.stratfor.com/weekly/india-china-rivalry?utm_source=freelist-c&utm_medium=email&utm_campaign=20120425&utm_term=brics&utm_content=copy&elq=157ab85d882e4890beaab9635b473ee5#axzz3loTg3xo6

⁴² Entenda as diferenças entre o peso de PPC e o de mercado no artigo do FMI de Tom Callen, PPP Versus the Market: Which Weight Matters? Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2007/03/basics.htm>

O artigo de março de 2007 foca na contribuição para o crescimento internacional, que há época, se considerada a Paridade Poder de Compra, a China já contribuía mais do que os Estados Unidos. Hoje, mesmo em termos absolutos, é sabido – e repetidamente argumentado nas declarações de cúpula dos BRICS – que as economias emergentes são as maiores responsáveis pelo crescimento econômico global mesmo em termos absolutos. Disponível em:

⁴³ Cita-se ainda o artigo de Mike Bird, da Business Insider, que faz uma comparação do peso do PIB chinês com o norte-americano usando PPP e também do valor de mercado bruto da moeda chinesa. China Just Overtook The US As The World's Largest Economy. 8 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/china-overtakes-us-as-worlds-largest-economy-2014-10#ixzz3KDzFLQuD>

Sendo assim, a participação nos BRICS aporta à busca ativa de um entorno internacional pacífico em benefício de seu próprio desenvolvimento, um interesse central na política externa chinesa contemporânea, além de adensar sua presença no cenário internacional e aumentar sua diversificação financeira. (CARMONA, 2014)

Através dos mecanismos celebrados na Cúpula de Fortaleza, se abre uma plataforma para a China investir em países onde atualmente há medo da “invasão chinesa” (STUENKEL apud PATTI et.al., 2014), aprofundando também a relação da China com grandes países detentores de matéria-primas, servindo ao interesse chinês de garantir o fluxo regular deste bens, sustentando seu desenvolvimento. As relações com Brasil, Rússia e África do Sul, adicionalmente, facilitaria o acesso ao entorno regional destes países. (CARMONA, 2014)

Há, neste sentido, declarações preocupadas de alguns analistas sobre as assimetrias do peso chinês nestas instituições, uma vez que um protagonismo chinês desmedido viria a deslegitimar os BRICS enquanto esforço multilateral, projetado com o intuito de acelerar a transição para um mundo multipolar. (ABDENUR apud PATTI et.al., 2014)

Uma das razões proferidas para a inclusão da África do Sul nos BRICS é o fato da África do Sul ocupar uma importância estratégica na ponta da África, unificando o interior continental e os litorais costeiros no cenário geoestratégico global leste-oeste. Tal é o status da África do Sul como "portão" para a África Continental, embora essa visão não seja oficialmente reconhecida pela União Africana. (KORNEGAY, 2013)

A VI Cúpula representou, através da criação do NDB, a consolidação de objetivos caros não só ao país mas ao continente africano. Atualmente a África do Sul ocupa a presidência da União Africana e a sua presença nos BRICS reafirma sua liderança na promoção de programas de integração regional e infraestrutura continental, em outras palavras, os BRICS representam para os sul-africanos a oportunidade de financiar a integração africana através de investimentos em infraestrutura, do qual o continente carece imensamente. Traduzindo a idéia de que a participação de Tshwane nos BRICS é uma porta de entrada para toda a África, o Ministro das Finanças,

A Economist convida seus leitores a preverem quando a economia chinesa ultrapassará a dos EUA e sugere que será em 2021: *Catching the eagle*, 22 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2014/08/chinese-and-american-gdp-forecasts>

Nhlanhla Nene, reiterou as grandes expectativas em relação ao potencial econômico que o banco vai trazer não só para o país mas para todo o continente africano. (CARMONA, 2014; PATTI et. al., 2014)

A África do Sul foi um dos países que pleiteou sediar o Novo Banco de Desenvolvimento, no entanto diante da decisão do grupo em localizar a sede em Xangai, o presidente sul-africano Jacob Zuma considerou que, mesmo sem alcançar seu objetivo inicial, sediar o primeiro escritório regional dos BRICS era satisfatório. (PATTI et.al., 2014)

A África do Sul só poderá ser um parceiro bem-sucedido dos BRICS se articular e perseguir os interesses, aspirações, esperanças e expectativas de seus parceiros regionais no continente africano. Deve ser vista como um representante do continente e da região ao invés de restrito a interesses próprios, renegando qualquer forma de restrição motivada por interesses próprios, seja nas áreas de crescimento econômico, desenvolvimento e investimento direto. Isto significa, entre outras opções, colocar a região e o continente como áreas prioritárias para investimento, manufaturas, infraestrutura e outros serviços. (KORNEGAY, 2013)

3.2. Antecedentes do CRA e do NDB no âmbito das cúpulas dos BRICS

Cientes de sua crescente importância no cenário internacional seja pelo crescimento de suas economias seja pelos fatores geográficos – população, território e recursos naturais – que colocam os países dos BRICS com uma importância estratégica inegável para o mundo globalizado e percebendo que sua importância geoestratégica não acompanhou maior poder político nas instituições multilaterais globais, especialmente as financeiras, já que a Rússia e a China como membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU desfrutam de um status geopolítico diferente de Brasil, Índia e África do Sul; os países dos BRICS iniciam suas primeiras concertações políticas sob a égide das questões de governança internacional, defesa do multilateralismo e reforma da governança *financeira* global, especificamente as instituições do Bretton Woods, FMI e Banco Mundial.

Como visto no ponto 2.1., quando lançou o estudo que deu a fama inicial aos BRIC em 2001, Jim O’Neill já havia mencionado a necessidade de revisão das

instituições financeiras internacionais sob o risco de perderem a sua legitimidade. Apesar de não entender as coesão política dos países dos BRICS, O'Neill (2012) continua a defender que a crescente importância dos quatro países deveria refletir numa importância institucional da formulação das políticas econômicas globais, questionando o que economias como a Itália fazem como membros do G8 e porque o Benelux tem mais poderes de voto no FMI do que a China. Entretanto, o analista financeiro faz uma ressalva sobre as dificuldades em se manobrar uma reforma por conta dos “egos nacionais”. Apesar da crescente amplitude dos diálogos entre os países Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, e do aumento das iniciativas de cooperação e de intercâmbio em diversas áreas, é nas questões financeiras, pontualmente em relação às quotas de votos do FMI e as frações acionárias do Banco Mundial, que os BRICS não só versaram mais extensivamente, como obtiveram os resultados práticos de maior impacto.

Assim como assinalam as primeiras iniciativas de diálogo à margem do G20 durante o estopim da crise internacional de 2008, o resultado da I Cúpula, realizada em 2009, é a abordagem predominante destas questões, que abrem a Declaração Conjunta, lançada em Ecatimburgo.

Sem mencionar diretamente nem o FMI nem o BM, os países abrem o documento enfatizando o papel central do G20 para solucionar a crise financeira ⁴⁴ e afirmam seu comprometimento com a reforma as instituições financeiras internacionais, afirmando que os países emergentes e em desenvolvimento deveriam ter mais peso e mais representação, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito; reforma da arquitetura financeira e econômica internacional baseada nos princípios de (i) processo decisório democrático e transparente; (ii) sólida base legal; (iii) compatibilidade entre as ações institucionais regulatórias; (iv) fortalecimento do gerenciamento de risco e das práticas de supervisionamento e reafirmam seu apoio à uma ordem multipolar mais democrática. ⁴⁵

⁴⁶

Como resposta às ambições políticas de Brasil e Índia, o parágrafo 14 é reservado à manifestação do forte compromisso com a diplomacia multilateral e a

⁴⁴ ECATERIMBURGO, § 1º/2009.

⁴⁵ Ibidem, § 3-4

⁴⁶ Ibidem, 12.

necessidade de reforma abrangente da ONU, com vistas a torná-la mais eficiente, reiterando “a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas relações internacionais” compreendendo e apoiando “suas aspirações a desempenhar papel mais relevante no âmbito das Nações Unidas.” Este mesmo solitário parágrafo irá se repetir diversas vezes nas declarações seguintes, sem muitas alterações.

A declaração da II Cúpula, realizada em Brasília em abril de 2010, apresenta-se de maneira mais organizada e faz, pela primeira vez, menção direta às instituições de Bretton Woods, deixando claros os objetivos do grupo. O documento inicia suas declarações afirmando que o mundo está passando por mudanças importantes e rápidas, realçando a necessidade de transformações correspondentes na governança global,⁴⁷ defende seu apoio a uma ordem multipolar, equitativa e democrática, baseada no direito internacional e ressalta mais uma vez o papel central do G20 como principal fórum de coordenação econômica: “comparando com o regime anterior [G8] o G20 é mais amplo, mais inclusivo, diversificado, representativo e eficaz.”⁴⁸

A seguir, os líderes fazem um apanhado da situação econômica mundial frente a recente crise e fazendo o primeiro reconhecimento da importância das suas economias no cenário internacional: “saudamos a retomada do crescimento econômico mundial, em que as economias emergentes estão desempenhando um papel muito importante.”⁴⁹ e ainda: “estamos convencidos de que as economias emergentes e os países em desenvolvimento têm o potencial de desempenhar um papel ainda maior e mais ativo como motor de crescimento econômico.”⁵⁰

Reconhecendo sua importância econômica e apontando o aumento significativo de suas contribuições ao FMI, defendem mais uma vez a reforma da arquitetura financeira em prol da estabilidade e da prosperidade de uma economia global menos propensa e mais resistente a crises futuras, desta vez explicitando direta e claramente seu argumento:⁵¹

“Nós nos esforçaremos para alcançar uma conclusão ambiciosa para as reformas em curso, e há muito esperadas, das instituições de Bretton Woods. O FMI e o Banco Mundial precisam urgentemente resolver seus déficits de legitimidade. Reformar as

⁴⁷ BRASÍLIA, § 1º/2010.

⁴⁸ Ibidem, § 2-3.

⁴⁹ Ibidem, 6.

⁵⁰ Ibidem, 8.

⁵¹ Ibidem, 9-10.

estruturas de governança dessas instituições requer, em primeiro lugar, uma mudança substancial no poder de voto, em favor das economias emergentes de mercado e dos países em desenvolvimento, de modo a adequar sua participação nos processos decisórios ao seu peso relativo na economia mundial. Conclamamos que a reforma no poder de voto no Banco Mundial seja realizada nas reuniões que se realizarão na próxima primavera, e esperamos que a reforma de cotas do FMI seja concluída na Cúpula do G-20, em novembro próximo. Também concordamos com a necessidade de um método de seleção aberto e baseado em mérito, independentemente da nacionalidade, para os cargos de chefia do FMI e do Banco Mundial. Além disso, o pessoal dessas instituições deve refletir melhor a diversidade de seus membros. Há uma especial necessidade de aumentar a participação dos países em desenvolvimento. A comunidade internacional deve apresentar um resultado digno da confiança que todos nós depositamos nessas instituições, dentro do prazo acordado, ou correr o risco de vê-las desaparecer por obsolescência.” (ECATERIMBURGO, 2010, § 11)

Mostrando um claro acréscimo de maturidade de diálogo entre as duas cúpulas, os líderes instruem seus Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais a analisar acordos monetários regionais a fim de discutir modalidades de cooperação nesta área e, a fim de facilitar o comércio e os investimentos, incluem o estudo das possibilidades de cooperação monetária, incluindo mecanismos de compensação comercial em moeda local entre os países.⁵² Além disso, os países questionam a crença da natureza auto-regulatória dos mercados financeiros, tendo em vista as recentes crises, primando pelos mecanismos de regulação e, ironicamente, versam contrariamente ao protecionismo. Visentini (2014) mostra que, nesse ponto, houve uma mudança de posições devido a recentes medidas protecionistas euro-americanas e, atualmente, são as economias emergentes que discursam contra a medida.

A Declaração de Sanya, resultado da III Cúpula dos BRICS celebrada na China em abril do ano seguinte, é um marco ainda maior da maturidade que o agrupamento foi adquirindo fórum a fórum, seja pela organização das proposições e iniciativas que ficam explícitas no documento; pelo acréscimo de considerações em matéria de política internacional, até então inéditas; pelo aumento do escopo do Plano de Ação e, principalmente, pela participação da África do Sul no diálogo, momento em que os BRIC passam a ser BRICS e que, na opinião da autora deste trabalho, deixam de ser um acrônimo cunhado com vistas à especulação financeira de outrem e passam a ser de fato um grupo político coeso, ao menos nos pontos específicos a que se propõem.

⁵² Ibidem, 12.

Sob o *motto* “Visão Ampla, Prosperidade Compartilhada”, os líderes anunciam a sua intenção em aumentar sua plataforma de diálogo e cooperação nos planos econômico, financeiro e de desenvolvimento, tanto intra-bloco quanto com terceiros – países ou organizações internacionais regionais.⁵³ Assim como na declaração da III Cúpula os países reconhecem sua importância econômica, na Declaração de Sanya eles chamam atenção para seu peso demográfico: “com uma população de cerca de 3 bilhões de cidadãos de diferentes continentes, o BRICS visa contribuir para o desenvolvimento da humanidade.”⁵⁴

Repetem a visão de que o mundo está passando por mudanças amplas, complexas e profundas, entretanto ao invés de declararem seu *apoio* à ordem multipolar, apenas afirmam seu fortalecimento, baseado na “globalização econômica e interdependência”.⁵⁵

Ao defender a reforma abrangente das Nações Unidas, ocorrem algumas modificações: menciona-se diretamente a reforma do Conselho de Segurança e inclui-se a importância de um maior protagonismo da África do Sul, além dos anteriormente já mencionados Brasil e Índia, nas relações internacionais. Um detalhe, mas que pode fazer toda a diferença, é que ao invés de uma declaração coletiva de apoio, a partir de então China e Rússia declaram seu apoio às aspirações dos outros três países, denunciando as diferenças de hierarquia política que existem entre eles.⁵⁶

“Destacamos que a presença simultânea dos cinco países do BRICS no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 oferece valiosa oportunidade de se trabalhar de forma conjunta e estreita sobre questões de paz e segurança, com vistas a reforçar as abordagens multilaterais e a facilitar futura coordenação sobre temas da agenda do Conselho de Segurança da ONU. Manifestamos nossa profunda preocupação com a turbulência no Oriente Médio, no Norte e no Oeste da África e desejamos sinceramente que os países afetados alcancem paz, estabilidade, prosperidade e progresso e que recuperem sua posição e sua dignidade no mundo de acordo com as legítimas aspirações de seus povos. Compartilhamos o princípio de que o uso da força deve ser evitado. Afirmamos que a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação devem ser respeitadas.” (SANYA, 2011, § 9)

⁵³ SANYA, § 6/2011.

⁵⁴ *Ibidem*, 3.

⁵⁵ *Ibidem*, 7.

⁵⁶ *Ibidem*, 8.

Observando a gradual recuperação econômica mundial que se observou em 2011,⁵⁷ renovam seu apoio ao G20 como principal fórum para coordenação econômica internacional, e mais uma vez repetem seu pedido de reforma do FMI, acordada em Cúpulas anteriores do G20 , reiterando “que a estrutura de direção das instituições financeiras internacionais deve refletir as mudanças na economia mundial, ampliando a voz e a representação dos países emergentes e em desenvolvimento.”⁵⁸

A Declaração de Sanya avança relatando as inadequações e deficiências do sistema monetário internacional e louva o debate sobre os Direitos Especiais de Saque⁵⁹ (SDR em inglês), incluindo a ampliação da composição de sua cesta de moedas, no contexto dos que os volumosos fluxos transacionais de capitais representam para os países emergentes.⁶⁰ Ainda sobre a necessidade de regulação relacionada com as distorções dos mercados financeiros internacionais, nota-se a volatilidade excessiva no preço das commodities e da necessidade de regulação do mercado de derivativos.

Após o amadurecimento de suas perspectivas econômico-financeiras, é na ocasião da IV Cúpula, em março de 2012, que os países dos BRICS vão dar os primeiros passos para a institucionalização do grupo. Os BRICS definem-se, fazendo mais uma vez o reconhecimento de sua própria importância:

“O BRICS é uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre países que representam 43% da população do mundo, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento em um mundo multipolar, interdependente e cada vez mais complexo e globalizado. Por sermos provenientes de Ásia, África, Europa e América Latina, a dimensão transcontinental de nossa interação ganha em valor e significado.” (NOVA DELHI, 2012, § 3)

Se em 2008 a crise *subprime* americana foi a centelha que acendeu a crise econômica internacional, em 2012 é a crise do euro que vai abalar os mercados mundiais. A Declaração de Nova Delhi, “BRICS Parceria para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade” primeiramente organiza os argumentos: sob o pano de fundo da recuperação vacilante da economia mundial, a complexidade da crise do euro, o

⁵⁷ Ibidem, 12.

⁵⁸ Ibidem, 14-15.

⁵⁹ A discussão sobre as SDR já estava em curso em outros fóruns multilaterais, iniciada a partir do estopim da crise de financeira, entretanto a Declaração de Sanya foi a primeira vez que este tópico foi abordado no âmbito das cúpulas dos BRICS.

⁶⁰ Ibidem, 16.

turbulento cenário político em curso no Oriente Médio e no Norte da África,⁶¹ a defesa da representação ampliada de países emergentes e em desenvolvimento nas instituições de governança global,⁶² a preocupação com a situação econômica internacional, em que declaram:

“Enquanto os BRICS se recuperaram da crise internacional de modo relativamente rápido, as perspectivas de crescimento em todo o mundo têm sido afetadas pela instabilidade dos mercados, especialmente na zona do euro. A acumulação de dívidas soberanas e preocupações quanto ao ajuste fiscal de médio e longo prazos em economias avançadas estão criando um ambiente de incertezas quanto ao crescimento global. Ademais, a excessiva liquidez decorrente de agressivas políticas adotadas por bancos centrais para estabilizar suas economias têm se espalhado para as economias emergentes, provocando excessiva volatilidade nos fluxos de capital e nos preços de commodities. A prioridade imediata é restaurar a confiança dos mercados e retomar o crescimento econômico. Trabalharemos com a comunidade internacional para assegurar a coordenação ampla de políticas com vistas a manter estabilidade macroeconômica visando à recuperação saudável da economia.” (NOVA DELHI, 2012, § 5)

E ainda:

“Nós acreditamos ser crucial para as economias avançadas adotar políticas macroeconômicas e fiscais responsáveis, que evitem acumulação excessiva de liquidez internacional e que empreendam reformas estruturais para estimular o crescimento que gera empregos. Chamamos a atenção para o risco de volumosos e voláteis fluxos transfronteiriços de capital que enfrentam economias emergentes. Instamos por mais ampla reforma com maior supervisão financeira internacional, com o fortalecimento de políticas de coordenação e regulação e de cooperação, bem como a promoção de sólidos desenvolvimentos dos mercados financeiros globais e sistemas bancários.” (NOVA DELHI, 2012, § 6)

Considerando mais uma vez a importância central do G20 como foro de coordenação econômica e a necessidade de reformas na arquitetura financeira internacional para que esta tenha uma voz mais ampla, legítima e justa, os países dos BRICS declararam-se, em extensos parágrafos, preocupados com a lentidão das reformas de quotas e da governança do FMI, acordados em 2010 através da Reforma de Governança e de Cota, ressaltando a necessidade destas para melhor garantir os pesos

⁶¹ NOVA DELHI, §2/2012.

⁶² *Ibidem*, 4.

econômicos e garantir a legitimidade e eficácia do Fundo, conclamando que este torne a sua estrutura mais integrada e equilibrada.⁶³

Em relação ao Banco Mundial, os países conclamam a necessidade da disponibilização de recursos para os países em desenvolvimento a custos reduzidos,⁶⁴ além de acolherem as candidaturas destes para o cargo da presidência:

“Reiteramos que as Direções do FMI e do Banco Mundial devem ser escolhidas com base em um processo aberto e baseado no mérito. Adicionalmente, a nova liderança do Banco Mundial deve se comprometer a transformar o Banco em uma instituição multilateral que verdadeiramente reflita a visão de todos seus membros, incluindo a estrutura da governança de forma a refletir a atual realidade política e econômica. Ademais, a natureza do Banco deve evoluir de uma instituição que atua essencialmente como intermediária da cooperação Norte-Sul para uma instituição que promova parcerias igualitárias com todos os países, de forma a incorporar a temática do desenvolvimento e superar a ultrapassada dicotomia entre doadores-receptores” (NOVA DELHI, 2012, §11)

Não é por acaso que o anúncio de que os países dos BRICS consideram a possibilidade de estabelecimento de um Novo Banco de Desenvolvimento no parágrafo seguinte e instruem seus Ministros de Finanças a examinarem a possibilidade e a viabilidade de implementação desta iniciativa, a fim de que seja reportada na próxima cúpula.⁶⁵

A “reforma abrangente” da Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança é mais uma vez elaborada em parágrafo único (26), apesar da memória, no parágrafo seguinte, da coordenação realizada em 2011, quando Brasil, Índia e África do Sul sentaram-se nas cadeiras do UNSC ao lado de seus contrapartes nos BRICS.

Sob o tema “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”, a V Cúpula dos líderes dos BRICS, realizada em Durban em março de 2013, deu especial atenção e manifestou seu apoio aos processos de integração do continente africano.

Ressaltando as incertezas sobre a força e a durabilidade da recuperação econômica internacional, notando que alguns países-chave da economia mundial ainda

⁶³ Ibidem, 7-10

⁶⁴ Ibidem, 11.

⁶⁵ Ibidem, 13.

encontram alto nível de desemprego e endividamento público e privado, critica-se as ações políticas na Europa, Estados Unidos e Japão destinadas a reduzir riscos extremos para a economia mundial. “Algumas dessas ações” argumentam “produzem efeitos colaterais negativos sobre as demais economias.”⁶⁶

As respostas com medidas de política monetária não convencional dos Bancos Centrais das economias avançadas, a fim de responder a crise, têm como consequência o aumento da liquidez global são avaliadas por suas consequências globais:

“Embora isso possa ser consistente com mandatos de política monetária doméstica, os principais Bancos Centrais devem evitar as consequências não intencionais de tais ações, na forma de aumento da volatilidade dos fluxos de capitais, do câmbio e dos preços dos produtos de base, que podem ter efeitos negativos sobre o crescimento de outras economias, em particular dos países em desenvolvimento.” (eTHEKWINI, 2013, §7)

Dando seguimento às suas visões de administração da crise internacional, os líderes argumentam sobre os desafios que os países em desenvolvimento enfrentam para financiar seu crescimento devido à insuficiência de financiamento de longo prazo e de investimento externo direto disponíveis, que restringem a demanda agregada global. Diante da necessidade global de investir em infraestrutura para promover o desenvolvimento é que os países dos BRICS anunciam a viabilidade de se criar um Novo Banco de Desenvolvimento.⁶⁷

Ressaltando a importância de garantir o acesso contínuo de financiamento de longo prazo a partir de fontes diversificadas, a Declaração de eThekwini pede o esforço global concentrado por meio da instrumentalização de recursos adequados por parte dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Bancos de Desenvolvimento Regionais, instando uma chamada ambiciosa de capital para a Associação Internacional de Desenvolvimento⁶⁸.⁶⁹

Adicionalmente, diante das necessidades de estabilidade financeira e das possíveis pressões de liquidez de curto prazo, anuncia-se também a construção de uma

⁶⁶ eTHEKWINI, §6/2013

⁶⁷ Ibidem, 9.

⁶⁸ Organismo do Banco Mundial que fornece empréstimos sem juros e subsídios aos países mais pobres.

⁶⁹ Ibidem, 14.

rede financeira por meio da criação de um Arranjo Contingente de Reservas autogerido, com fins de precaução, contribuindo para a rede de segurança financeira global e complementando os acordos internacionais existentes com uma linha de defesa adicional.⁷⁰

Encerrando seus anúncios de intenção de instituir novos mecanismos financeiros internacionais complementares, os líderes dedicam mais um parágrafo à sua preocupação com o ritmo lento das reformas do FMI e consoante com o *motto* da V Cúpula, instam que a reforma também deve fortalecer a voz e representação de seus membros mais pobres, incluindo a África Sub-saariana, “com espírito aberto, todas as opções devem ser exploradas para atingir esse objetivo.” Talvez denunciando uma espécie de cansaço dos países em demandarem sempre as mesmas reformas, os países incluem no parágrafo seu apoio ao aperfeiçoamento do sistema monetário internacional com um amplo sistema de moeda de reserva que proporcione estabilidade e segurança, saudando as discussões relativas ao papel dos SDR.⁷¹

Como podemos notar, o progresso de criação dos mecanismos financeiros inaugurados na VI Cúpula dos BRICS não ocorreu repentinamente. Ao contrário, é o cansaço em demandar reformas ao FMI e ao Banco Mundial que acaba por impulsionar a criação de novos instrumentos econômicos internacionais.

3.2.1. Acordo para o Estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento

Como visto no capítulo anterior, tanto o Novo Banco de Desenvolvimento quanto o Arranjo Contingente de Reservas surgem como resposta à falta de avanço das tão exigidas reformas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para permitir que a estrutura dessas organizações reflita de maneira mais fiel a atual configuração econômica e geopolítica mundial: apesar de representarem 40% da população mundial e um quarto do PIB global, os países dos BRICS têm apenas 11% do

⁷⁰ Ibidem, 10.

⁷¹ Ibidem, 13.

poder de voto no FMI. (TENNITZ, 2014) Apesar disto destaca-se o caráter complementar e não concorrente a estas instituições tradicionais: “O Banco deve mobilizar recursos [...] complementando os esforços existentes de instituições multilaterais e internacionais comprometidas no crescimento e desenvolvimento global.”⁷²

O ato constitutivo do NDB define um escopo bastante amplo para as operações do Banco. A instituição poderá dar suporte a projetos públicos ou privados por meio de empréstimos, garantias, participação acionária e outros instrumentos financeiros a fim de cumprir o seu propósito mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países dos BRICS em outras economias de mercado emergentes e em desenvolvimento.

O Novo Banco de Desenvolvimento está autorizado a exercer as seguintes funções: (i) utilizar os recursos à sua disposição para apoiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, públicos ou privados, nos BRICS ou em qualquer outra economia de mercado emergente ou país em desenvolvimento, através de: empréstimos, garantias, participação acionária e outros instrumentos financeiros; (ii) cooperar, caso o Banco ache apropriado, com organizações internacionais, bem com entidades nacionais e outros bancos de desenvolvimento nacionais; (iii) providenciar assistência técnica para a preparação e implementação destes projetos; (iv) apoiar projetos envolvendo mais de um país; (v) estabelecer ou ser confiada a administração de fundos especiais.⁷³

Os países dos BRICS distinguem-se no Acordo como membros fundadores, entretanto a adesão é aberta a todos os membros das Nações Unidas, de acordo com termos e condições determinados pelo acordo e mediante a aprovação do Conselho de Governantes, como membros mutuários ou não-mutuários.⁷⁴

O capital inicial subscrito no banco será de US\$ 50 bilhões, e o capital autorizado é de US\$ 100 bilhões, divididos igualmente entre os membros-fundadores, sendo o poder de voto de cada membro igual às ações subscritas no capital social do banco.

⁷² Acordo no Novo Banco de Desenvolvimento - ANDB, Artigo 1º /2014.

⁷³ ANDB, A.3/2014.

⁷⁴ ANDB, A. 5.c/2014.

A sede do NDB será em Xangai e o Banco pode estabelecer escritórios para exercer as suas funções, sendo o primeiro escritório regional estabelecido em Johannesburgo.⁷⁵

A estrutura organizacional será dividida em Conselho dos Governadores, Conselho dos Diretores, um presidente executivo e vice-presidentes. O presidente do banco será eleito entre um dos membros fundadores através de rotatividade e deve haver pelo menos um vice-presidente de cada um dos outros membros-fundadores.

O Conselho de Governadores será a instância máxima de decisão política. Cabe a esse Conselho, inicialmente a comando da Rússia, definir, a cada cinco anos, as linhas estratégicas da atuação do bloco. Os governadores devem ter status ministerial, a presidência é rotativa e a este Conselho estão delegados todos os poderes do Banco.⁷⁶

O Conselho de Governadores pode delegar para o Conselho dos Diretores qualquer um de seus poderes, exceto admitir novos membros e determinar as condições de admissão; aumentar o diminuir o capital acionário; suspender um membro; emendar o Acordo; decidir as apelações a partir das interpretações dos Diretores; autorizar a conclusão de acordos de cooperação com outras organizações internacionais; determinar a distribuição do lucro líquido do banco; decidir encerrar as operações do banco e distribuir seus bens; decidir um número adicional de vice-presidentes; eleger o Presidente do Banco; aprovar proposta do Conselho de Diretores para chamada de capital; aprovar a Estratégia Geral do banco a cada cinco anos.⁷⁷

O Conselho de Governadores se reunirá anualmente, além de em outras reuniões previstas ou chamadas pelo Conselho de Diretores. O Conselho de Governadores servirá sem compensação e determinará os termos de contrato e salário do Presidente Executivo do banco.⁷⁸

O Conselho de Diretores, presidido inicialmente pelo Brasil, será responsável pela condução das operações gerais do banco e, de acordo com as orientações do Conselho de Governadores, deverá tomar as decisões estratégicas de negócios, aprovar

⁷⁵ ANDB, A.4/2014.

⁷⁶ ANDB, A.11.a/2014.

⁷⁷ ANDB, A.11.b,i-xii/2014.

⁷⁸ ANDB, A.11.c-i/2014.

operações de empréstimos, garantias ou a utilização de outros instrumentos financeiros, aprovar o orçamento anual e submeter as contas da instituição à aprovação dos governadores .

Será responsável pelas operações gerais do Banco, devendo exercer os poderes delegados por ele pelo Conselho de Governantes. Em particular: tomar decisões relativas às estratégias de mercado; estratégias nacionais; empréstimos; garantias; fundos de investimento; empréstimos feitos pelo Banco; configuração dos procedimentos básicos e cobranças; provisão de assistência técnica e operacional para o Banco; submissão das contas todo o fim de ano par aprovação do Conselho de Governadores; aprovar o orçamento do Banco. Este Conselho terá um mandato de 2 anos, passível de reeleição, enquanto que o presidente da mesa será eleito para um mandato de 4 anos e suas reuniões serão trimestrais. Deverão apontar equipe operacional do Banco e instituir um Comitê de Crédito e Investimento.⁷⁹

O poder de voto de cada membro deverá ser proporcional ao seu poder acionário, ou seja, é igual ao número das ações subscritas no capital social do Banco. Em caso de qualquer membro deixar de pagar o montante devido em das suas obrigações em relação às ações integralizadas, tal membro não poderá, pelo tempo em que durar a falha de pagamento, exercer o porcentual de voto correspondente à quantidade devida.⁸⁰

Segundo Carlos Márcio Cozende, o Artigo 6 do ANDB impede o bloqueio dos processos decisórios e abre a perspectiva para uma gestão equilibrada. A participação equitativa do capital significa que cada um dos cinco membros iniciais terá igual poder de voto e não haverá predominância em detrimento dos demais. (COZENDEY apud TENNITZ, 2014)

O capital inicial autorizado do Novo Banco de Desenvolvimento será de US\$ 100 bilhões, divididos em 1 (um) milhão de ações no valor de US\$ 100.000 cada, sendo o valor de uma ação também o valor mínimo subscrito para a participação de um país. O capital inicial subscrito será US\$ 50 bilhões dividido entre ações liberadas e ações exigíveis, sendo ações pagas aquelas com o valor de US\$ 10 bilhões e exigíveis aquelas

⁷⁹ ANDB, A.12.a-i/2014.

⁸⁰ ANDB, A. 6/2014.

no valor de US\$ 40 bilhões. O aumento do capital autorizado e do capital subscrito, bem como a proporção das ações pagas e exigíveis, será feito num período de no máximo cinco anos pelo Conselho de Governadores, sendo nenhum membro obrigado a subscrever tal aumento de capital.⁸¹

Além do capital integralizado de recursos captados no mercado, o NDB poderá administrar fundos especiais de investimento formados pelos sócios que não precisarão seguir a mesma proporção de capital. Esses recursos, porém, não farão parte do capital do banco e, portanto, não influenciarão o poder de voto de cada país.

O primeiro desses fundos deverá ter o objetivo específico de financiar e apoiar tecnicamente a preparação de projetos – área identificada como uma das principais carências nos países do grupo. (CONDENZEY apud TENNITZ, 2014)

O pagamento do valor inicialmente subscrito será feito em sete parcelas, a primeira é paga seis meses após a entrada em vigor do Acordo, a segunda tem vencimento após dezoito meses, e as próximas cinco parcelas têm vencimento um ano após o vencimento da parcela anterior.⁸²

A entrada de novos acionistas – outros países integrantes da Organização das Nações Unidas, bancos de investimento e instituições multilaterais – está condicionada à aprovação por maioria especial. Os novos integrantes não poderão ter, individualmente, mais do que 7% do capital e os cinco países fundadores, em qualquer das hipóteses, sempre terão garantida uma participação mínima de 55%. (TENNITZ, 2014)

A participação acionária subscrita inicialmente por cada membro-fundador será feita em pé de igualdade. Considerando que os membros podem optar por renunciar a aumentos na participação acionária, estes apenas serão efetivados se não diminuïrem o poder de voto total dos membros fundadores abaixo de 55%; não aumentarem o poder de voto total de países não-tomadores de empréstimos acima de 20% e não aumentarem o poder de voto de um país individualmente acima de 7%.⁸³

⁸¹ ANDB, A.7.a-e/2014.

⁸² ANDB, 9.a/2014.

⁸³ ANDB, A.8.c.i.-iii/2014.

O NDB pode aceitar, conforme decidido pelo Conselho de Governadores, Instituições Financeiras Internacionais como observadoras nas reuniões deste Conselho, bem como países interessados em se tornarem membros.⁸⁴

Carlos Márcio Conzendozey afirma uma das grandes diferenças entre o NDB e as instituições existentes é a ausência de condicionalidades de ações de política econômica, como privatização e abertura comercial, exigências que se tornaram comuns nas operações do Banco Mundial a partir dos anos 1980: “Quando se definiu que a nova instituição seria voltada para a área de infraestrutura e para o desenvolvimento sustentável, consolidou-se a ideia de um banco e projetos, não de policy. Portanto o NDB não vai vincular seus empréstimos à adoção de políticas específicas, nem condicionar a liberação de recursos a outros aspectos que não sejam a viabilidade econômica e ambiental dos projetos financiados.” (TENNITZ, 2014)

3.2.3. Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS (CRA)

Conforme acordado no Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS (*Treaty for the Establishment of a BRICS Contingent Reserve Arrangement* – TECRA), Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul concordaram em fundar o Arranjo Contingente de Reservas (CRA) com os objetivos de prevenir as pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos, prestar apoio mútuo e reforçar ainda mais suas respectivas estabilidades financeiras, contribuindo para fortalecer a rede de segurança financeira global, além de complementar os acordos financeiros e monetários já existentes. Segundo o artigo 1º deste Tratado, “o CRA é uma estrutura essencial para a prestação de assistência através de instrumentos de liquidez e precaucionários em resposta às pressões reais no balanço de pagamentos.”⁸⁵

O montante inicial dos recursos do CRA deve ser de US\$100 bilhões, divididos nos seguintes compromissos individuais: China, US\$ 41 bilhões; Brasil, US\$ 18 bilhões;

⁸⁴ ANDB, A.5.a.-d/2014.

⁸⁵ TECRA, A.1º/2014.

Rússia, US\$ 18 bilhões; Índia, US\$ 18 bilhões; África do Sul, US\$ 5 bilhões.⁸⁶ Observa-se que a divisão aritmética do CRA também tem um componente político: apesar da China disponibilizar um montante de recursos bem maior que os demais, esse valor não chega a representar a maioria dos recursos. Conquanto as partes possam requerer acesso aos recursos a qualquer momento, até que o pedido de uma das partes (parte requerente) seja aceito pelas outras partes (partes contribuintes) e efetuado através de swap cambial⁸⁷, cada parte deverá manter plenos direitos de propriedade sobre os recursos que comprometeu ao CRA.⁸⁸ Isto significa que o que fica consorciado são parcelas existentes dos bancos centrais de cada país.

Em relação à governança e ao processo de tomada de decisões, serão responsáveis o Conselho de Governantes e a Comissão Permanente. Para a composição do Conselho de Governantes, cada parte indicará um governador e um governador substituto escolhidos entre os presidentes dos Bancos Centrais, Ministros das Finanças – no caso do Brasil, Ministro da Fazenda – ou postos equivalentes. (TENNITZ, 2014)

Todas as decisões do Conselho de Governantes serão tomadas por consenso, concertando sobre temas estratégicos e de alto nível, como: revisar e modificar o montante de recursos do CRA, bem como as participações individuais; aprovar a entrada de novos países; revisar e modificar os instrumentos do CRA; revisar e modificar os sistemas de vencimento, número de renovação de empréstimos, taxa de juros, spreads⁸⁹, taxas de administração; revisar e modificar as condições para saques renovações; revisar e modificar as cláusulas referentes a inadimplências e sanções; revisar e modificar as cláusulas referentes aos limites de acesso e multiplicadores; revisar e modificar o percentual de acesso aos recursos desvinculado a acordos com o FMI; articular a criação de um secretariado permanente para a instauração de uma unidade de vigilância; aprovar as próprias regras de procedimento; revisar e modificar

⁸⁶ TECRA, A. 2.a.i-v/2014.

⁸⁷ Swap Cambial: troca de taxa de variação cambial (variação do preço do dólar americano) por taxa de juros pós-fixados. Também conhecida como hedge (cobertura de risco) cambial, a swap cambial é uma operação de câmbio em que há simultaneamente a compra e a venda de moedas. Os valores iniciais, ou seja, o tamanho do contrato, os indicadores e a data de vencimento são livremente pactuados entre as partes.

⁸⁸ TECRA, A.2.b/2014.

⁸⁹ Nesse caso, taxa adicional de risco cobrada pelas instituições financeiras em empréstimos ou financiamentos no mercado financeiro, sobretudo o internacional. É variável de acordo conforme a liquidez do tomador, volume de empréstimo e o prazo de resgate. O spread corresponde à remuneração que o banco recebe para fazer determinada transação. O percentual a ser cobrado é proporcional ao risco.

as regras relativas a nomeações e designações e funções do coordenado para o Conselho de Governadores e a Comissão Permanente; revisar e modificar o poder de voto, regras de procedimento, autoridade e funções da Comissão Permanente; aprovar as regras de procedimento relativas ao funcionamento da Comissão Permanente e deliberar sobre outros assuntos não específicos relacionados a esta comissão.⁹⁰

A Comissão Permanente, por sua vez, será responsável pelas decisões nos níveis executivo e operacional do CRA, autorizada a preparar suas próprias regras de procedimento, posteriormente submetidas à aquiescência do Conselho de Governadores. Constituída por um diretor e um diretor substituto apontados por cada uma das partes, preferencialmente escolhidos entre os oficiais dos bancos centrais, decidirá por maioria simples: a aprovação de pedidos de suporte por liquidez ou precatórios; aprovação de renovação de empréstimos de liquidez ou precatórios; em casos excepcionais, determinar as condições de renúncia ou exoneração, salvaguardando os documentos do Tratado; aprovar o pedido de cobrança de uma das partes e decidir se impõem sanções no caso de quebra desse Tratado. Todas as outras decisões da Comissão Permanente devem ser tomadas por consenso.⁹¹

No caso de votação ponderada, o peso atribuído ao voto de cada parte deve ser determinado da seguinte maneira: (i) 5% do total do poder de voto deve ser distribuído igualmente entre as partes; (ii) o restante (95%) deverá ser distribuído entre as partes de acordo com o tamanho relativo de seus comprometimentos individuais.⁹²

O CRA é composto de instrumentos de cessão de liquidez, a fim de prover suporte em resposta a pressões de curto prazo na balança de pagamentos e instrumentos precaucionários dedicados a prover suporte no caso destas pressões potenciais. Ambos os instrumentos devem ter porções vinculadas e desvinculadas do FMI.⁹³

Em relação aos limites de acesso e multiplicadores, cada parte é apta a acessar um limites de recursos igual a multiplicação do comprometimento individual de cada

⁹⁰ TECRA, A. 3.b,i-xv/2014.

⁹¹ TECRA, A. 3.c-d/2014.

⁹² TECRA, A. 3.d-e/2014.

⁹³ TECRA, A.4/2014.

parte, como segue: i. China tem um multiplicador de 0,5; ii. Brasil, Rússia e Índia tem um multiplicador de 1; África do Sul tem um multiplicador de 2.⁹⁴

A porção desvinculada do FMI totaliza 30% do acesso máximo de cada parte e deverá se tornar disponível apenas pelo acordo das partes provedoras que devem concedê-la toda vez que o partido requerente reunir as condições estipuladas no Artigo 14 do tratado.⁹⁵

A porção vinculada ao FMI, correspondente a 70% do valor total máximo acedido deverá ser disponibilizado pelas partes requerentes, sujeito a ambas as condições: i. pelo acordo das partes requerentes, que deverá ser concedido no momento em que a parte requerente reunir as condições estipuladas pelo Artigo 14 e ii. evidenciada existência de um acordo em curso entre a parte requerente e o FMI que envolva o comprometimento do FMI em prover apoio financeiro para a parte requerente baseado em condicionalidades e na conformidade da parte requerente com os termos e condições do tal acordo.⁹⁶ No caso da parte já ter um acordo em andamento com o FMI, poderá retirar 100% de seu valor máximo de acesso.⁹⁷

A fim de realizar as transações conforme os instrumentos precaucionários e de liquidez mencionados no Artigo 1, o Banco Central do Brasil, o Banco Central da Federação Russa (Central Bank of the Russian Federation), o Banco de Reservas da Índia (Reserve Bank of India), o Banco do Povo da China (People's Bank of China) e o Banco de Reserva Sul-Africano (South African Reserve Bank) devem estabelecer um acordo entre os bancos centrais a fim de estabelecer os parâmetros e procedimentos operacionais necessários.⁹⁸

A provisão dos US\$ à parte requerente deverá ser efetuada através de um swap cambial consoante com as bases operacionais comuns determinadas pela Comissão Permanente e pelo acordo entre os bancos centrais.⁹⁹

⁹⁴ TECRA, A.5.b/2014.

⁹⁵ TECRA, A.5.c/2014.

⁹⁶ TECRA, A.5.d/2014.

⁹⁷ TECRA, A.5. f/2014

⁹⁸ TECRA, A.6/2014.

⁹⁹ TECRA ,A. 7/2014.

Em relação à coordenação – presidência do Conselho de Governadores e do Comitê Permanente – ela é restrita para aqueles países que solicitarem apoio através de liquidez ou instrumento precaucionário e também para aqueles que optarem por ficarem de fora da participação como parte provedoras, ficando a presidência a cargo da próxima cadeira.¹⁰⁰

O CRA não possui personalidade jurídica independente, não podendo celebrar contratos, processar ou ser processado.¹⁰¹ A solução de controvérsias terá sua resolução sujeita por consultas ao Conselho de Governadores. No caso de qualquer disputa, controvérsia, violação, rescisão ou nulidade não ser resolvida amigavelmente pelo Conselho de Governadores do CRA, esta deverá ser resolvida por arbitragem de acordo com as Regras de Arbitragem da UNCITRAL¹⁰².

3.3. Reflexão sobre as Novas Instituições Financeiras: Declaração de Multilateralidade?

Embora o principal resultado das reuniões tenha sido nas áreas econômico-financeiras, o principal saldo das reuniões é político. (MINEIRO, 2014)

O Arranjo tem como principal objetivo criar mais uma barreira de proteção contra eventuais turbulências internacionais e ataques especulativos. Desde o segundo semestre de 2012, ao menos quatro dos cinco países do grupo (Brasil, Rússia, Índia e África do Sul) sofreram com flutuações bruscas nos valores de suas moedas, provocadas por movimentos de saída de divisas, causados por fatores como a (1) volatilidade crescente da economia mundial, (2) mudanças na política monetária dos Estados Unidos – fim do *quantitative easing* –, (3) flutuações nos preços das *commodities* agrícolas, minerais e energéticas – nas quais Brasil, Rússia e África do Sul baseiam, de distintas formas, as suas exportações – e (4) acirramento das tensões na geopolítica mundial – particularmente Oriente Médio e Ucrânia, bem como (5) instabilidades geradas nos

¹⁰⁰ TECRA ,A. 9/2014.

¹⁰¹TECRA, A. 19/2014.

¹⁰² Excluindo-se o Artigo 26 (Article 26, interim measures). Documento completo para análise: <http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/arbitration/arb-rules-revised/arb-rules-revised-2010-e.pdf>

processos políticos internos dos países emergentes. Resumidamente, o acordo pode ser visto como um “consórcio de reservas” pelo qual os países membros se defendem de movimentos eventuais contra um dele. (MINEIRO, 2014)

A iniciativa de operacionalização do CRA segue uma estratégia desenhada para complementar os recursos das instituições de Bretton Woods, com uma série de novos recursos, estratégia levada adiante desde a crise financeira da segunda metade dos anos 1990. O grande modelo aqui é o dos países asiáticos, que organizaram uma espécie de “Fundo Monetário” asiático conhecidos como acordos de Chiang Mai¹⁰³, mas o exemplo foi reproduzido com formatos e volumes de recursos diferentes. Na América Latina, como exemplo desse processo, há o FLAR¹⁰⁴ (Fundo Latino Americano de Reservas), que chegou a ser ativado com a crise financeira de 2007-2008. (MINEIRO, 2014)

Joseph Stiglitz (2014) elencou três principais motivos que justificam a importância da criação do Novo Banco de Desenvolvimento: (i) a necessidade global por mais investimento, especialmente nos países em desenvolvimento, especialmente se levado em conta as adaptações necessárias à mudança climática; (ii) o Banco reflete uma mudança fundamental nos poderes político e econômico globais, fazendo uma alusão clara à discrepância existente entre essas instituições e a nova configuração mundial e (iii) diante das dificuldades em reformar o velho sistema de governança e suas instituições, as novas instituições refletem as mudanças amplas da economia global e assinalam uma tentativa de adaptação às novas preocupações, aos novos instrumentos

¹⁰³ A iniciativa Chiang Mai foi lançada em maio de 2000 durante encontro da ASEAN, permitindo a expansão do Arranjo de Swap da ASEAN (ASA) e a criação das bases para uma rede de Acordos Bilaterais de Swap cambial (ABS). O objetivo do arranjo tinha como objetivo prover liquidez para os países membros do acordo caso eles enfrentassem restrições severas de curto prazo no balanço de pagamentos, a fim de evitar a eclosão de crises financeiras que afetassem a região como um todo. Para entender melhor os acordos: CUNHA, A.M., A Integração Monetária e Financeira em condições periféricas: as experiências recentes de Ásia e América Latina. Cadernos do Desenvolvimento, v. 3, p.179-212, 2008.

¹⁰⁴ O FLAR é um fundo comum de reservas entre Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela. Precedido do FAR, criado em 1978, seus principais objetivos são fornecer suporte à balança de pagamentos dos países membros, provendo créditos ou garantindo empréstimos a terceiros; melhorar as condições de investimento de reservas internacionais e contribuir para harmonização das políticas cambiais, monetárias e fiscais dos países membros. De maneira geral, tem o intuito de ampliar a capacidade de assistência financeira bem como contribuir para a cooperação e integração no âmbito da América Latina. Aprofunda-se nas iniciativas de integração econômico-financeira sul-americanas em: BIANCARELLI, A.M., A Inserção Externa e Financiamento: Notas sobre Padrões Regionais e Iniciativas para Integração na América do Sul. Cadernos de Desenvolvimento, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Rio de Janeiro, ano 3, n.5, 2008.

financeiros que podem ser usados, bem como um conjunto mais amplo de mandatos e de sistema de governança.

Carmona (2014) o surgimento do NDB e do CRA decorre da enorme resistência “dos países do establishment” em ceder poder e reformar os organismos financeiros internacionais, desta maneira as decisões da Cúpula de Fortaleza representam um novo e firme passo na diminuição relativa de poder das potências tradicionais, significando um claro aumento da influência dos novos pólos de poder no mundo expresso pelos países dos BRICS.

Além da reiterada e crescente coesão política em torno dos grandes temas em voga na situação internacional, as decisões da VI Cúpula jogam a favor da tendência à multipolarização, contribuindo para o deslance desta transição no mundo:

“A Cúpula de Fortaleza, por seus resultados, desqualifica a análise [...] que por sua diversidade cultural e geográfica os países dos BRICS seriam incapazes de celebrar acordos entre si. [...] Na quadra atual, ao contrário, torna-se o BRICS uma sólida aliança tática a favor da transição para a multipolaridade, no que corresponde o interesse nacional de seus integrantes na aspiração por mudança da posição relativa destes países no sistema internacional. Com o NDB e o CRA, ademais, os BRICS passam a ter ‘dentes’ adicionais para sustentar essa ascensão. O ceticismo e a má vontade do Ocidente com os países dos BRICS – parte ideológica da luta geopolítica no mundo – se contradizem com os fatos, já que essa coalizão vai demonstrando crescente capacidade de coesionar-se tendo em vista convergirem os interesses nacionais de cada um dos seus integrantes” (CARMONA, 2014)

Severino Cabral Filho (2014) igualmente avalia as últimas decisões como um sinal de transição da ordem internacional para um sistema multipolar, destacando para o papel protagonista do Brasil nesta nova ordem. Se imediatamente ao pós-Guerra Fria, entramos num momento de unipolaridade, o começo deste século, entretanto, desenha contornos mais complexos: o centro de gravidade desloca-se com o surgimento de outros pólos de poder global na Ásia, em grande parte impulsionada pela explosão econômica chinesa.

O surgimento de novos *players* no cenário internacional introduz grandes expectativas sobre a aceleração da erosão do sistema pesado que surge em Bretton Woods, processo também impulsionado pelos BRICS. O aparecimento de novos

parceiros globais a partir da desordem mundial traz questionamentos adicionais sobre a necessidade em ser grande para manter sua sobrevivência no sistema internacional: quem é pequeno acabaria compensando seu tamanho através da integração, a exemplo da integração sul-americana. (CABRAL FILHO, 2014)

A criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas mostraria que as estruturas do sistema internacional estão se mexendo. O NDB e o CRA representariam “algo novo” que surge da evolução e da transformação do sistema mundial e da evolução dos personagens que organizaram esta pauta, como sinal do grande peso geopolítico destas nações. (CABRAL FILHO, 2014)

O alcance de uma realidade multipolar é compartilhado pelos líderes dos BRICS. Em discurso após a VI Cúpula, a presidenta Dilma Rousseff ressalta que a despeito de seus mecanismos financeiros, o Novo Banco de Desenvolvimento traz uma constatação de multilateralidade:

“esse é um mundo multilateral, portanto, deve ter instituições multilaterais [...] Temos de lidar com o NDB e com o CRA de forma muito natural [...] É sinal dos tempos em que vivemos [...] que exigem a reforma do FMI, reforma do Banco Mundial e a formação do NDB e do CRA. Tudo isso contribui para a estabilidade do sistema.”
(ROUSSEFF, 2014)

Ravij Biswas (2014) interpreta as novas instituições como resultado de um novo molde do mundo econômico. As perspectivas econômicas apontam que a China será a maior economia do mundo em 2020 e o maior mercado consumidor em 2025, enquanto a Índia, no mesmo ano, será o terceiro maior mercado consumidor no mesmo ano.

Esta mudança estrutural não se reflete em mudanças no FMI ou no Banco Mundial, que não se ajustam às novas realidades, pois os países com direito a voto não querem ceder as suas partes, entretanto acabará refletindo-se no sistema financeiro internacional de uma maneira ou de outra, a exemplo da criação de novos mecanismos. (BISWAS, 2014)

O'Neill (2011) justifica a demora nas necessárias reformas por uma dificuldade estrutural em excluir, no exemplo do FMI, os países cujo a relevância tenha diminuído

tendo em vista a administração dos egos nacionais e a falta de critérios claros de elegibilidade:

“Uma vez que um país foi admitido num grupo G, é difícil fazer com que ele saia. [...] Deveria ser uma tarefa importante do FMI estabelecer critérios de elegibilidade para os grupos G. Deveria haver um sistema de promoção e rebaixamento baseado em critérios claros e objetivos. Os critérios poderiam incluir tamanho, riqueza e talvez algo parecido com o GES, que mede o progresso sustentável. Seria um desafio diplomático difícil para o FMI ou para qualquer um administrar os egos nacionais e forçar a implementação de tal abordagem, mas se for bem-sucedido fará com que os grupos a G se tornem mais consistentes.” (O’NEILL, 2011)

A abertura do NDB para outros países contempla a necessidade de novos créditos para financiar o desenvolvimento das economias emergentes, ampliando o benefício desta nova força financeira, que justamente por coadunar com uma demanda real no mundo tem a possibilidade de crescer rapidamente. (BISWAS, 2014)

Demonstrando a maturidade do fórum de diálogo, para o presidente chinês Xi Jinping é através do esforço de todos os lados que foi possível alcançar consenso sobre a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS:

“Este é o resultado de implicações significativas e do alto alcance da cooperação dos BRICS, sendo, portanto, vontade política das nações dos BRICS para o desenvolvimento comum. Isto não apenas ajudará a desenvolver os países dos BRICS em termos de finanças internacionais, mas trará benefícios importantes para todas as pessoas nos países BRICS e para todos os povos dos países em desenvolvimento.” (JINPING, 2014)

Para Unmesh Rajendran (2014), um ponto negativo das novas instituições é que, apesar das poucas condicionalidades, os empréstimos no NDB custariam mais caro que nos mercados de capital internacional, como consequência dos riscos de crédito mais altos da maior parte de seus integrantes¹⁰⁵, custo que com a entrada de novas economias emergentes e países em desenvolvimento apenas aumentaria.

¹⁰⁵ Segundo a Standard & Poor’s, apenas o risco de crédito da China é avaliado como AA-, enquanto Brasil, Rússia, Índia e África do Sul estariam classificados como BBB-. Sovereigns Rating List disponível em: <http://www.standardandpoors.com/ratings/sovereigns/ratings-list/en/us>

Entre as críticas feitas ao Banco Nacional de Desenvolvimento está a de que parece servir muito mais aos interesses chineses. (ABDENUR, 2014) Por um lado, por fornecer uma plataforma importante para a legitimação chinesa através da ratificação da diplomacia multilateral; por outro, a projeção internacional provocada pelo NDB favorece a imagem da China, pois intui uma preocupação com os países desenvolvidos e emergentes, entretanto seria majoritariamente inclinado aos interesses chineses, havendo pouco espaço de manobra para os quatro membros, de modo que a China direcionaria seus investimentos para projetos que reforçariam seus planos de ascensão pacífica. (ABDENUR, 2014)

Visentini (2014), em oposição, acredita que a China, “espertamente não deseja nenhuma posição de liderança” e sim atuar em conjunto com seus aliados visando reformas no sistema financeiro e comercial que sempre são postergadas a fim de evitar o colapso mundial.

Apesar das assimetrias econômicas e das preocupações em relação à dominância chinesa, o próprio reconhecimento dessas assimetrias seria suficiente para impedir que a China tenha um papel de liderança, por mais que o aspire, uma vez que os BRICS surgem com a concepção de um agrupamento desenhado para ser de parceiros iguais. (TIEZZI, 2014)

Numa perspectiva brasileira, Adhemar Mineiro destaca que uma ponderação razoável feita por vários movimentos que se organizaram paralelamente às reuniões de Fortaleza é a falta de definição de qual modelo de desenvolvimento o banco se propõem:

“Sem uma definição de apoio a um novo modelo de desenvolvimento, o novo Banco pode seguir o caminho das instituições hoje existentes, reforçando um modelo de desenvolvimento que tem cristalizado a posição de vários países como exportadores de commodities agrícolas, energéticas e minerais para o resto do mundo, estando portanto em uma posição subordinada do ponto de vista do funcionamento da economia mundial, como importadores de produtos manufaturados e serviços de alta qualidade. Não existe garantia no processo de criação do novo banco de que não seja assim, e muito provavelmente sem um enorme processo de pressão política em contrário, é muito provável que este acabe sendo o caminho.” (MINEIRO, 2014)

É inegável, entretanto, que não só como vai na direção dos interesses nacionais de todos os integrantes, a criação do NDB aparece como lucrativa alternativa para a alocação de liquidez e das cada vez mais vultosas reservas de divisas dos grandes países emergentes e, neste caso, especialmente a China.

A substituição de títulos do tesouro americano de baixa remuneração, por investimentos potencialmente rentáveis em obras de infraestrutura na América Latina e na África, com garantias de operação governo a governo (CARMONA, 2014) é explicada por Stiglitz (2014) pela queda do valor real desses papéis.

O NDB cai como uma luva na estratégia de diversificação monetária que desde 2009, a China vem anunciando, a fim de reduzir a exposição de manter grande parte de sua reserva aplicada em títulos norte-americanos. (CARMONA, 2014)

Acordos anteriores entre os BRICS seguiram no sentido de fomentar o intercâmbio comercial e financeiro entre os países de modo a dar mais força às reivindicações dos emergentes, como o *Master Agreement on Extending Credit Facility in Local Currencies*, que estabelece que os bancos de cada representante negociem os empréstimos em moeda local, minimizando sua dependência ao dólar. (VISENTINI, 2013)

Michael Schuman (2014) argumenta que apesar dos avanços em fortalecer a moeda, internacionalização do renminbi não é possível enquanto a China não realizar reformas financeiras fundamentais, como a liberalização do comércio e do fluxo de capitais no país.

Ainda mais contraditório é o fato de que enquanto a Rússia reduziu a proporção de dólares em suas reservas e aumentou as de euro, a China ainda mantém mais da metade de suas reservas em ativos denominados em dólares. No caso da opção chinesa por vender grande parte destes ativos, a conseqüente desvalorização do dólar tornaria as importações estadunidenses dos produtos chineses mais caras, o que para a China certamente é um grande problema. (PERUFFO, 2011)

A manutenção dos investimentos em dólar seria perfeitamente compatível com a criação de um papel internacional para a própria moeda, pois neste caso a China poderia também usufruir das vantagens de ser um país emissor de moeda reserva. No entanto,

assim como o euro, a despeito da crise, deve se fortalecer principalmente na Europa, é possível que o renminbi tenha maiores possibilidades de ascensão na Ásia, sendo ambas moedas de reserva regional subsidiária mas que dificilmente, num futuro próximo, seriam cotadas como moedas de reserva dominante. (EICHENGREEN apud PERUFFO, 2011)

O resultado destas transformações graduais será um mundo de múltiplas moedas internacionais, justamente um reflexo da economia mundial mais multipolar, erodindo a base tradicional do monopólio do dólar. (EICHENGREEN apud PERUFFO, 2011)

Kornegay (2013) vai mais além e vê o surgimento dos próprios BRICS a partir do contexto de mudança dos panoramas internacionais, em que há uma inevitável decadência do Ocidente, uma vez que países, sociedades e regiões do mundo que anteriormente eram fracas e dependentes vêm se fortalecendo e, como resultado disso, ganhando mais poder de influência na arena internacional. O fórum vem como uma resposta da relutância de Washington, dado o contexto das economias internacionais integradas, em aceitar a existência de um novo universo no sistema internacional em que as dicotomias norte-sul parecem diluir-se.

Pragmaticamente, Visentini (2014) analisa os BRICS e o alcance de seu fórum como resposta aos riscos da crise financeira e econômica mundial, uma vez que seus integrantes têm sólidas relações comerciais com os Estados Unidos e Europa, muitos interesses em comum e não buscam qualquer ruptura profunda com o atual sistema internacional:

“Trata-se de uma coalizão *ad hoc* que busca responder aos riscos da crise [...] Certamente quando o fantasma da instabilidade econômica e política for afastado, as diferenças e rivalidades entre eles voltarão a se manifestar e o grupo perderá a sua razão de ser. Como todo o tijolo, pode se esfarelar.” (VISENTINI, 2014)

Considerações Finais

O início do século XXI passou a explicitar de modo contundente o que se apontava há décadas: a falta de representatividade e, portanto, de legitimidade das instituições internacionais gestadas no pós-guerra.

As crises mundiais – do *subprime* e do euro – e a alta do preço das commodities impulsionadas pela economia chinesa acabaram gerando uma aceleração de processo que já estava na eminência de acontecer: a maior importância das economias emergentes no cenário internacional.

Cria-se, então, uma situação em que o poder geoeconômico se transfere das potências tradicionais para as potências emergentes, que por um período crítico acabam por serem os motores do crescimento econômico internacional. Este poder geoeconômico, entretanto, não é acompanhado por um poder geopolítico, seja pela imaturidade destes Estados-nacionais - questões internas diversas, como integração nacional incompleta, conflitos regionais, pouca coesão do mercado interno – seja pela resistência das potências tradicionais em cederem espaços nas instâncias de governança global.

Mahubani (2011) afirma que ‘a geopolítica mundial está na contracorrente da geoeconomia mundial. A geoeconomia exige consenso; países integrados. Na geopolítica, estamos vivenciando uma das maiores mudanças de poder em séculos. O poder está se deslocando do ocidente para o oriente, criando inseguranças profundas nos poderes tradicionais.

Neste ponto, há de se chamar atenção para algumas incongruências em relação a estas chamadas potências emergentes já que o poder político entre elas é muito discrepante: China e Rússia¹⁰⁶ são membros do UNSC, sendo elas, portanto, as únicas passíveis de serem chamadas de aspirantes a potências, enquanto Brasil, Índia compartilham o status de “economias” emergentes e a África do Sul, “economia em desenvolvimento”.

¹⁰⁶ A de se considerar que, no caso russo, se trata de “re-emergência”.

Portanto, de certa maneira, o que fica mais claro na análise destes países é que a demanda é concentrada especialmente em questões financeiras, eles de fato não desejam rupturas profundas com o sistema internacional (VISENTINI, 2014) ao mesmo tempo que lutam por mais "voz", demanda que também parece ser um pouco distorcida, já que é concentrada nas cotas acionárias e de voto das instituições financeiras, havendo pouca ou nenhuma coordenação política, a não ser em pontos específicos que os Estados mostram mais autonomia diplomática e menos cooptação em relação às decisões das potências tradicionais.

Kishore Mahbubani (2011) sustenta que a demanda por uma liderança global nunca foi maior e questiona os motivos pelos quais nenhum líder internacional surgiu. Segundo ele, o mundo está à deriva e “verdadeiramente perdido em tentar achar uma saída para a atual crise”

Na medida em que os próprios Estados Unidos percebem, em vista de suas dificuldades no Iraque e Afeganistão, que algum recurso multipolar é necessário mesmo que para respaldar medidas inspiradas pelo unilateralismo surge uma “demanda por ordem”. (FONSECA, 2012)

“No marco desse amplo processo, a transformação dos BRICS em uma instância política [...] consagra a ideia de que, separados, já influenciavam; juntos, poderiam influenciar ainda mais. [...] Neste campo, talvez prevaleçam ainda visões céticas, que ressaltam as significativas diferenças entre os parceiros, de tal sorte que qualquer aproximação mais consistente para articular interesses comuns seria ou casual ou artificial. Na linha oposta, alguns afirmam que esses países teriam um objetivo ao se aproximar porque desempenhariam, crescentemente, a função de criar condições para a consolidação de um sistema multipolar.” (FONSECA, 2012)

O que se busca é ampliar poder de decisão em instituições (reforma do Conselho de Segurança, ampliação das quotas do FMI, conquistas de vantagens econômicas através de rodadas na OMC etc.) ou minimizar custos em processos de negociação sobre segmentos da agenda internacional (quem arca com os custos da contenção das mudanças climáticas, quem ganha com práticas mais liberais de comércio etc.) ou ainda lutar para que prevaleçam, como legítimas, visões do mundo (FONSECA, 2012)

É neste contexto de alta complexidade que a VI Cúpula dos BRICS ocorre em Fortaleza e inaugura dois novos mecanismos financeiros: o Novo Banco de Desenvolvimento, com o objetivo de financiar projetos de infraestruturas e desenvolvimento sustentável nos países emergentes e em desenvolvimento; e o Arranjo Contingente de Reservas, com o objetivo de criar uma barreira de proteção contra eventuais turbulências internacionais e ataques especulativos.

Apesar de instrumentos de caráter econômico, o resultado é político, trazendo diversas análises possíveis sobre os objetivos e a coesão dos BRICS. Muitas delas falam em concorrência com as instituições financeiras tradicionais, o FMI e o Banco Mundial, entretanto verifica-se que trata-se de mecanismos complementares a estas: em primeiro lugar, pela alta necessidade de investimentos de infraestrutura no mundo e a incapacidade do Banco Mundial em financiar todas as demandas existentes (STIGLITZ, 2014); em segundo lugar, no caso do CRA, pela exigência de acordos vinculados ao FMI para a cessão de 70% das quotas de empréstimo; em terceiro lugar, porque apesar de querer diminuir a sua exposição à volatilidade do dólar e de sugerir uma ampliação da cesta de moedas de reserva internacional, considerando que a China é detentora de uma dívida enorme americana e são grandes parceiros comerciais com os Estados Unidos, nota-se que não há o objetivo de ruptura com o sistema tradicional.

As vantagens para o Brasil parecem ser de ele participar de uma grande coordenação internacional, por outro lado, as desvantagens de se ter a China como maior parceiro comercial parece arriscar toda essa onda de otimismo sobre os BRICS: uma das críticas ao financiamento do NDB é que ele pode acabar aumentando a dependência comercial com a China, atrelando a nossa pauta de exportação a recursos primários e sem beneficiamento, como é o caso do nosso líder de exportação, o minério de ferro.

Bibliografia

ABDENUR, Adriana, China and the BRICS Development Bank: Legitimacy and Multilateralism in South-South Cooperation. *IDS Bulletin*. v. 45, n. 4, jul. 2014. p. 85-101

ALVES, André, BRICS: Cooperation, Competition and Rivalry in a Multipolar World. IPEA, 2011.

AMORIM, Celso, Existe realmente el BRIC. *Economia Exterior*, Madrid, n.52, 2010. p. 23-28.

ARESTIS, P. et al. Brazil after the Great Recession: Searching for a Coherent Developmental Strategy In: XL ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, Porto de Galinhas, PE, 2012.

BIRD, Mike, China Just Overtook The US As The World's Largest Economy. *Business Insider*, 8 out. 2014. Disponível em: <http://www.businessinsider.com/china-overtakes-us-as-worlds-largest-economy-2014-10#ixzz3KE0V5J3m>

BRIC. I Cúpula dos BRIC: *Declaração Conjunta*. Ministério das Relações Exteriores: Ecaterimburgo, 2009. Documento disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao

_____. II Cúpula dos BRICS: *Declaração Conjunta*. Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 2010. Documento disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/74-segunda-declaracao-conjunta

BRICS. III Cúpula dos BRICS: *Declaração e Plano de Ação de Sanya*. Ministério das Relações Exteriores: Sanya, 2011. Documento disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta

_____. IV Cúpula dos BRICS: *Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi*. Ministério das Relações Exteriores: Nova Delhi, 2012. Documento disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta

_____. V Cúpula dos BRICS: *Declaração e Plano de Ação de eThekweni*. Ministério das Relações Exteriores: Durban, 2013. Documento disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/77-quinta-declaracao-conjunta

_____. VI Cúpula dos BRICS: *Declaração e Plano de Ação de Fortaleza*. Ministério das Relações Exteriores: Fortaleza, 2014. Documento disponível em:

http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza

_____. Agreement on New Development Bank. Fortaleza, 15 jul. 2014

_____. Treaty for the Establishment of a Contingent Reserve Arrangement, 15 jul. 2014

BISWAS, Ravij, The BRICS bank: Multipolarity or Beijing Consensus?: entrevista. [jul. 2014] *Al Jazeera*. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/07/brics-bank-beijing-consensus-201472183428811634.html>

BOADLE, Anthony, BRICS neutrality on Ukraine a diplomatic win for Putin. *Reuters*, Fortaleza, 14 jul. 2014. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/07/14/us-brics-summit-putin-idUSKBN0FJ2LN20140714>

BORTON, Guy. The BRICS and Gaza. *Open Democracy*, 22 ago. 2014. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/guy-burton/brics-and-gaza>

BRASIL ECONÔMICO, Crise ucraniana acelera aproximação entre Rússia e China no setor energético. 05 de setembro de 2014. Disponível em: <http://brasileconomico.ig.com.br/mundo/2014-09-05/crise-ucraniana-acelera-aproximacao-entre-russia-e-china-no-setor-energetico.html>

BRICS BTTC, Towards a Long-Term Strategy for BRICS: Recommendations by the BTTC. IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/forumbrics/images/docs/140716_long_tern_strategy.pdf

CALLEN, Tom, PPP Versus the Market: Which Weight Matters? *Finance and Development*, International Monetary Fund, v.44, n.1, marc. 2007. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2007/03/basics.htm>

CARMONA, Ronaldo, Com a Cúpula de Fortaleza, BRICS aceleram tendência a um mundo policêntrico. *Revista Princípios*, n. 132, p.53-60, ago/set, 2014.

DOMINIC, Wilson; PUROSHOTHAMAN, Roopa, Dreaming With BRICs: The Path to 2050. *Goldman Sachs Global Economics*, n.99, 1 out. 2003 Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/korea/ideas/brics/99-dreaming.pdf>

FONSECA, Gelson Jr. BRICS: notas e questões. In.: PIMENTEL, José Vicente (Org.), *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília : FUNAG, 2012. p.13-30.

GILES, Chris, The new world economy in four charts. *Money Supply*, 10 jul. 2014. Disponível em: <http://ftalphaville.ft.com/2014/10/07/1998332/moneysupply-the-new-world-economy-in-four-charts/>

GRAÇA LIMA, José, Briefing sobre a VI Cúpula do BRICS: depoimento [08 de julho, 2014] Brasília: *Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qJ75UAJYCdU>

KAPLAN, Robert. STRATFOR. The India-China Rivalry. 25 abr. 2012. Disponível em: http://www.stratfor.com/weekly/india-china-rivalry?utm_source=freelist-c&utm_medium=email&utm_campaign=20120425&utm_term=brics&utm_content=copy&elq=157ab85d882e4890beaab9635b473ee5#axzz3IoTg3xo6

KASHIN, Vassíli, Crise com a Europa acelera aproximação entre Rússia e China. Gazeta Russa, 11 de setembro de 2014. Disponível em: http://br.rbth.com/internacional/2014/09/11/crise_com_a_europa_acelera_aproximacao_entre_russia_e_china_27319.html

KORNEGAY, Francis, BOHLER-MULLER, Narnia, Laying the BRICS of a New Global Order: From Yekaterinburg 2009 to eThekweni 2013. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2013. p.480

MERCIER, Gilbert, Ukraine's Crisis: Economic Sanctions Could Drive a Fragile World Economy into a Financial Quagmire. Global Research, 16 de março de 2014. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/ukraines-crisis-economic-sanctions-could-drive-a-fragile-world-economy-into-a-financial-quagmire/5373597>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Apresentação: VI CUPULA DOS BRICS. Disponível em: http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/

MUHBUBANI, Kishore. A Rudderless World. *New York Times*. 18 ago. 2011. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/08/19/opinion/19iht-edmahbubani19.html?_r=0

O'NEILL, Jim, Building Better Global Economic Brics. *Goldman Sachs Global Economics*, n. 66, 30 nov. 2001. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/korea/ideas/brics/building-better-pdf.pdf>

O'NEILL, Jim, O Mapa do Crescimento: oportunidades econômicas nos BRICS e além deles, São Paulo: Globo, 2012

PATTI, Carlo, et al., BPC Policy Brief. *BRICS Policy Center*. Rio de Janeiro, v.4, n.9, agosto, 2014. ISSN: 2318-1818 Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6575/doc/349422524.pdf>

PERLEZ, Jane. China and Russia Reach 30-Year Gas Deal. *New York Times*, Nova Iorque, 21 maio 2014. Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/05/22/world/asia/china-russia-gas-deal.html?_r=0

PERUFFO, Luiza. Integração monetária e financeira na América do Sul: a perspectiva brasileira em um sistema internacional multimonetário. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PIET, Remi, Russia-China energy deal: Geopolitical tectonic shift, *Al Jazeera*, 14 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/06/russia-china-energy-alliance-ge-201461765254926525.html>

RAJENDRAN, Unmesh, BRICS Bank: The New Kid on the Block: Is this a new solution to an old problem. *The Diplomat*. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/07/brics-bank-the-new-kid-on-the-block/>

REIS, Maria E. Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. PIMENTEL, José Vicente (Org.), *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília : FUNAG, 2012. p. 31-47

RIBEIRO, Elton; MORAES, Rodrigo. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, 2012, p.7-28

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da Segunda Sessão de Trabalho Cúpula do Brics e de países da América do Sul: depoimento [16 de julho de 2014] Brasília: *Portal Planalto*. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-segunda-sessao-de-trabalho-da-cupula-do-brics-e-de-paises-da-america-do-sul#wrapper>

SCHUMAN, Michael, The BRICS Don't Like the Dollar-Dominated World Economy, but They're Stuck With It. *Times*, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://time.com/3010636/brics-us-dollar-new-development-bank-summit-contingent-reserve-arrangement/>

STIGLITZ, Joseph, Nobel Economist Joseph Stiglitz Hails New BRICS Bank Challenging U.S.-Dominated World Bank & IMF: entrevista [17 de julho, 2014] *Democracy Now*. Disponível em: http://www.democracynow.org/2014/7/17/nobel_economist_joseph_stiglitz_hails_new

STUENKEL, Oliver. BRICS undermine Western attempt to isolate Russia. *Post-Western World*, 25 mar. 2014. Disponível em: <http://www.postwesternworld.com/2014/03/25/undermine-attempt-isolate/>

TENNITZ, André, O gigante de 50 bilhões de dólares. *Rumos*, ano 38, n.276, jul/ago 2014. p.28-33.

TIEZZI, Shannon, China's Defense of BRICS. *The Diplomat*, 16 jul. 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/07/chinas-defense-of-brics/>

VISENTINI, Paulo, A dimensão político estratégica dos BRICS: entre a panacéia e o ceticismo. In.: PIMENTEL, José Vicente (Org.), *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília : FUNAG, 2012. p.187-201

VISENTINI, Paulo, BRICS, OCX e Ibas: as coalizões dos emergentes. In.: VISENTINI, Paulo et al. *BRICS, as potências emergentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p.200-222.

VISENTINI, Paulo. As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

VISENTINI, Paulo. O BRICS e seus mitos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 jul. 2014.

ZECK, Zachary. Why Did BRICS Back Russia on Crimea? The Diplomat, 31 de março de 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/03/why-did-brics-back-russia-on-crimea/>